

CIBEC/INEP



B0010312

**POLÍTICA
DA EDUCAÇÃO,
DA CULTURA
E DO ESPORTO**

4:008

P

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

POLÍTICA DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

Conferência proferida pelo Ministro da Educação
e Cultura, Ney Braga, na Escola Superior
de Guerra, no Rio de Janeiro, no dia 10/9/75.
(2ª Edição)

1

INTRODUÇÃO

2

EDUCACÃO

3

CULTURA

4

DESPORTO

5

CONCLUSÃO

A minha presença na Escola Superior de Guerra permite trazer ao conhecimento de um conjunto de homens responsáveis, dedicados à construção do Brasil, alguns temas de relevância na área que me coube gerir por escolha do Presidente Ernesto Geisel.

Pretendo mostrar-lhes, na linha dos Objetivos Nacionais, os rumos e diretrizes da educação e da cultura no atual momento brasileiro, que estamos debatendo no Ministério, com a perspectiva do futuro e com a consciência profunda de que as decisões de hoje condicionam o patamar histórico do amanhã.

Falar de educação e cultura é falar de desenvolvimento qualitativo. Com esta expressão quero abranger a vida da sociedade em permanente evolução, preservados os seus valores e assegurada a promoção do homem e de todos os homens. A colocação se alinha ao conceito de sociedade como "todo o grupo humano que convive sob certa estrutura de fenômenos sociais ligados por interesses comuns, sob o influxo de determinado processo histórico-cultural" (v. Manual Básico - ESG - 1975 - p. 18).

A educação moderna deve fornecer a cada um os meios de se situar num ambiente em mudança, de construir as etapas sucessivas de sua vida social e profissional, de reagir ao aleatório, ao imprevisto. Uma característica do nosso tempo é essa mudança rápida da tecnologia. De nada serve acumular conhecimentos que arriscam tornar-se rapidamente obsoletos, enquanto faz-se imperativo fornecer métodos de raciocínio e de pesquisa.

A polêmica do mundo moderno gira em torno dos caminhos do desenvolvimento para a sobrevivência do homem. A luta de todos nós é pela construção de uma sociedade, na qual cada homem encontre as oportunidades para a plena realização de sua personalidade, num trabalho conjunto, harmonioso e produtivo. Tal atividade, ao lado do progresso, preservará o indivíduo dos inconvenientes que a técnica e a incontrolada expansão industrial vêm, dia a dia, apresentando. O passo fundamental é, sem sombra de dúvidas, a elevação do nível educacional, entendida como respeito aos legítimos direitos dos outros participantes da sociedade e como ampliação de capacidade de cada um de prestar um serviço eficiente e preventivo à comunidade onde atua. Isso significa formação do caráter e aperfeiçoamento profissional. Cabe acrescentar o fortalecimento e a elevação do nível de cultura do povo para a integração nacional e sua perpetuidade histórica.

Mesarovic e Pestel, ao analisarem a natureza das crises globais, mostraram que "as crises não são novidades para a sociedade humana" porque, "na verdade, a humanidade nunca esteve livre de crises durante qualquer período substancial de tempo. E a história mostra que, mais cedo ou mais tarde, o homem sempre foi capaz de vencer as crises de sua época" (v. Momento de Decisão —

Agir - 1975 - p. 30). A superação das crises foi sempre possível pela ação inteligente do homem sobre a natureza. É que sempre foi fato indiscutível que essa ação inteligente resultou da capacidade humana de antecipar soluções e prever resultados. Isto ocorre por intermédio de uma visão global das necessidades e das disponibilidades, capaz de permitir o estabelecimento das prioridades compatíveis.

É possível afirmar-se que o desenvolvimento planejado é instrumento imprescindível para alcançarmos o objetivo maior de uma sociedade feliz. Essa sociedade feliz, em última análise, é uma passagem histórica inovadora. No passado a preocupação foi assegurar ao homem o *direito de existir* como cidadão pela outorga de liberdades civis e políticas. O que se postula é garantir ao homem o *direito de ser feliz*, pela afirmação de sua individualidade e pela criação de um conjunto de circunstâncias concretas que lhe faculte a plena realização como pessoa.

Essa nova exigência da vida social é o permanente desafio com que nos deparamos hoje. Aceitando-o, assumimos a responsabilidade de vencê-lo. E, para esse efeito, é fundamental definir objetivos concretos, estabelecer critérios e indicar os meios para executá-los. Mas será em vão tal procedimento se não forem determinados o tempo histórico e a sociedade de onde emerge o desafio. Isto quer dizer que não adianta teorizar em excesso, sem as bases espacial e temporal que devem receber a ação do governo.

Quando me referi ao desenvolvimento qualitativo, procurei destacar o seu grau de essencialidade para alcançar os Objetivos Nacionais, entendidos aqui, segundo a boa doutrina desta Escola, como "a cristalização de interesses e aspirações que, em determinada fase da evolução da comunidade, toda uma nação busca satisfazer" (v. Manual Básico — p. 35). E esses Objetivos Nacionais representam a necessidade de assegurar os valores fundamentais que decorrem da natureza humana.

Constitui um elemento básico da atuação educacional no Brasil, a sua identificação com o processo histórico atual. Deseja-se uma educação dirigida à criação de uma sociedade fundada nos valores espirituais perenes, preservadas a identidade e a originalidade da cultura nacional, donde decorre a feição peculiar do homem brasileiro: democrata por vocação, espírito cristão por formação, amante da liberdade, solidário entre vontades que tendem ao objetivo condizente com as suas aspirações.

É objetivo da sociedade humana o Bem Comum. É em função desse Bem Comum que deve ser pensado o desenvolvimento dos elementos homem, terra e instituições.

O homem, agente de criação das instituições e do uso da terra, está apto a desempenhar o papel que lhe cabe na vida em sociedade, desde que esteja entrosado adequadamente no processo de educação e cultura. O homem, com uma educação apropriada ao ambiente e ao tempo em que vive, atuando segundo sua cultura, é quem retira e transforma a riqueza potencial da terra que domina, e o faz através das instituições que acompanham sua vida, o que lhe permite a necessária harmonia e tranqüilidade de convivência social.

Dentro desta formulação impõe-se examinar os rumos e diretrizes que estão sendo objeto de análise no Ministério da Educação e Cultura. Antes, porém, uma referência necessária. O relatório sobre os problemas fundamentais da educação,

resultado de exaustivo trabalho de pesquisa e reflexão de um grupo de peritos internacionais, adotou título significativo: APRENDER A SER. Pode-se dizer que o requisito fundamental da educação é fazer com que o homem, efetivamente, *aprenda a ser*. Em síntese, a educação deve preparar o indivíduo para participar da vida social, aprender a pensar e ser agente de aperfeiçoamento social. Para utilizar a síntese do Professor Caio Tácito em seu trabalho EDUCAÇÃO DO HOMEM FELIZ, posso assinalar que três fenômenos mais ou menos generalizados marcam, na segunda metade do século, os progressos da educação:

- 1) ao contrário da tendência anterior, pela primeira vez o desenvolvimento da educação, em escala mundial, tende a preceder ao nível de desenvolvimento econômico;
- 2) a educação se propõe conscientemente a preparar homens para tipos de sociedade que ainda não existem;
- 3) diferentes sociedades começam a rejeitar, em grande número, os produtos da educação institucionalizada (v. Boletim da UEG - out. 1973 — Separata — p. 7).

Conseqüência importante do atual estágio da educação no mundo é que o sistema educacional não pode cingir-se ao papel formador clássico, da acumulação de conhecimentos, ainda que variável a metodologia adotada para o aprendizado. O que se deve propor é a expansão das faculdades humanas por intermédio do desenvolvimento do raciocínio e da compreensão da realidade social e, ainda mais, através do exercício pleno das faculdades, propiciar uma adequada escolha do "uso do futuro": o futuro que se pretende propor e alcançar em benefício da comunidade.

Feitas essas considerações, devemos perguntar qual o objetivo global da ação do Ministério da Educação e Cultura para preparar o homem brasileiro a agir sobre o meio em que vive.

Vou tomar as três ações convergentes do Ministério: a educação, a cultura e o desporto. Essas ações se desenvolvem em três níveis: federal, estadual e municipal. A compreensão exata destes níveis permite afastar, desde logo, a tendência de transferir para o plano federal uma responsabilidade executiva inadequada, incorreta e prejudicial.

No sistema federal em que vivemos, com a acentuada característica de solidariedade dos entes públicos que a compõem, é necessário estimular a participação municipal e a estadual na área da execução e a presença federal na área normativa e no estabelecimento das diretrizes e bases. O pressuposto é vincular o homem à sua comunidade existencial sem descuidar do planejamento nacional, atividade própria do Governo Federal. "O planejamento é atividade permanente e continuada, que se desenvolve de modo ordenado e racional, sistematizando um processo de tomada de decisões" (v. Manual Básico - p. 537). Com tal conceito não se pretende excluir a ação municipal e a estadual na obrigação que lhes corresponde de planejar de acordo com as realidades específicas de cada esfera de competência. O que se pretende é hierarquizar harmônicamente a ação planejada nos setores da educação, cultura e desporto de modo a facultar um processo de tomada de decisões nos níveis integrados da federação brasileira.

Compreender o sentido e o alcance de tal colocação é condição relevante no caso brasileiro. O nosso processo de desenvolvimento está a exigir economia planejada de recursos, com um máximo de eficiência nos resultados.

O que se deve desejar é o alcance de um equilíbrio social, possível pela elevação progressiva do nível educacional e cultural do povo. A necessidade dos países na situação do nosso é fazer da educação, da cultura e do desporto, veículos da paz social e do desenvolvimento integrado e solidário.

Qualquer rutura na escala de valores do sistema educacional que vise a maximização do processo econômico em detrimento da otimização das condições sociais e, via de consequência, da qualidade da vida, será danosa para o futuro.

Acrescente-se, ainda, que são aceitos como verdadeiros os pontos seguintes:

- a) a herança do sistema educacional está muito aquém das necessidades;
- b) a educação não pode ser bem de consumo para poucos;
- c) a educação não consiste apenas em investir para o crescimento econômico, mas, sim, para o desenvolvimento integrado: social, cultural, político e econômico.

Assim, a partir da Revolução de 1964, foi necessário diminuir a deficiência da oferta em educação, pelo crescimento acelerado das oportunidades de acesso. Depois, foi crucial repensar todo o sistema educacional como forma de adequá-lo à realidade nacional. O passo agora é atualizar o acesso com a qualidade, melhorando e aperfeiçoando o sistema. Tal providência reforça os mecanismos da ascensão social, fortalece a nacionalidade e forma o cidadão com maturidade suficiente para engajar-se no processo de desenvolvimento. Será agente responsável e não fator de insatisfação ou conflito.

E nesse ponto vale interligar o sistema educacional e a segurança nacional. É lição da história que a segurança é condição vital para o Estado. É de Ranelletti a afirmação de que a democracia não deve significar a morte lenta da autoridade, do prestígio e do poder do Estado. É exatamente para preservar o papel do Estado na sua função social mais avantajada, assim a de fortalecer o vínculo que une os homens na sociedade, que se impõe uma estrutura normativa que proteja a segurança nacional. Sem tal poder o Estado não poderá assegurar a sua própria defesa ou mesmo a do povo contra eventual agressão externa, assegurar a ordem, a tranquilidade e a paz internas, satisfazer, de modo geral, com ação unitária, o interesse coletivo que lhe compete preservar.

Na doutrina da Escola Superior de Guerra o alicerce da Segurança Nacional é a Segurança Individual e sua finalidade é proporcionar a conquista ou manutenção dos Objetivos Nacionais, no afã de possibilitar o Bem Comum. Nessa mesma linha de raciocínio, a Segurança Nacional "é o grau de garantia que — através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares — o Estado proporciona em determinada época à nação que jurisdiciona para a conquista ou manutenção dos Objetivos Nacionais, a despeito dos antagonismos ou pressões existentes ou potenciais" (v. Manual Básico - p. 234).

Por meio de um adequado sistema educacional é que se alcança a compatibilidade da consciência coletiva com os Objetivos Nacionais. É típica a situação de tensão social aguda nas sociedades que apresentam desenvolvimento social acentuado entre os diversos graus de qualificação profissional. Note-se que a referência

pode ser feita aos aspectos quantitativos, apenas em um primeiro momento porque o importante é reconhecer que a tensão se agrava quando o desenvolvimento refere-se à qualidade, pouco importando o aspecto formal do sistema no que diz respeito ao atendimento da demanda. E somente quando o sistema educacional é compatível com a alocação da mão-de-obra que forma, em grau razoável de ocupação profissional, a demanda será eficazmente atendida.

É necessário compreender que, em última análise, o homem bem formado e vivendo em uma sociedade culturalmente forte pela sua própria ação, detém a capacidade de tomar decisões concretas diante dos problemas complexos do mundo contemporâneo. Não será na maximização da tecnocracia que encontraremos as linhas operacionais para construir uma sociedade feliz. A ação inteligente do homem não é substituível pelo computador.

O raciocínio desenvolvido até agora já permite lastro suficiente para que eu possa trazer aos senhores os temas que o Ministério da Educação e Cultura está estudando e as providências já tomadas buscando garantir ao homem brasileiro a oportunidade de participar de uma sociedade justa e pacífica. Dividirei a apresentação nas três áreas: Educação, Cultura e Desporto. Destaco, desde logo, que a nossa preocupação, desde o início, foi a de estabelecer uma política nacional integrada para cada área e, nos termos das instruções do Presidente da República, coordená-las com os demais setores do Governo.

1

INTRODUÇÃO

2

EDUCACÃO

3

CULTURA

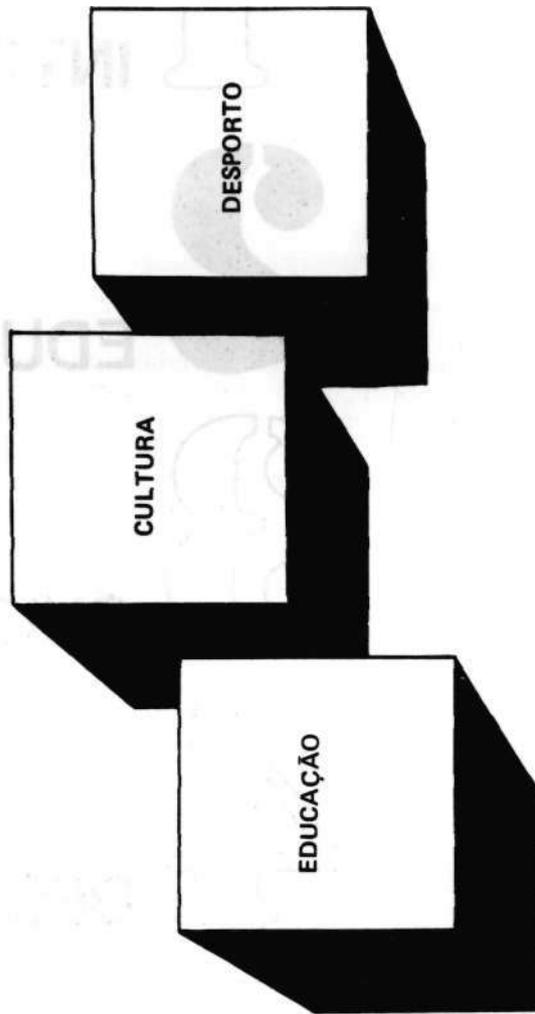
4

DESPORTO

5

CONCLUSÃO

COMPONENTES DE UMA LINHA DE AÇÃO



Na apresentação do documento Política Nacional Integrada da Educação, destaquei: "Pretende-se aqui, como fruto de um trabalho de equipe, partir de uma visão do quadro educacional brasileiro atual e dos fatos que o explicam. Num segundo momento, serão feitas colocações em caráter indagativo, sobre as implicações de tal quadro no futuro da sociedade nacional, e sobre sua adequação maior ou menor ao modelo de sociedade desejado. Por fim, serão formuladas algumas diretrizes essenciais, para o constante ajustamento da política nacional integrada da educação aos novos desafios e situações mutáveis". Fiz questão de assinalar que o "documento propõe-se servir como roteiro de permanente renovação da política educacional brasileira".

O quadro educacional brasileiro não comporta, a esta altura, mais uma reforma estrutural. As duas em implantação (nº 4.024 de 20/12/1961 e 5.692 de 11/08/71) ainda não produziram todos os seus efeitos. Esta consideração preliminar recomenda a seguinte orientação (fig. 1):

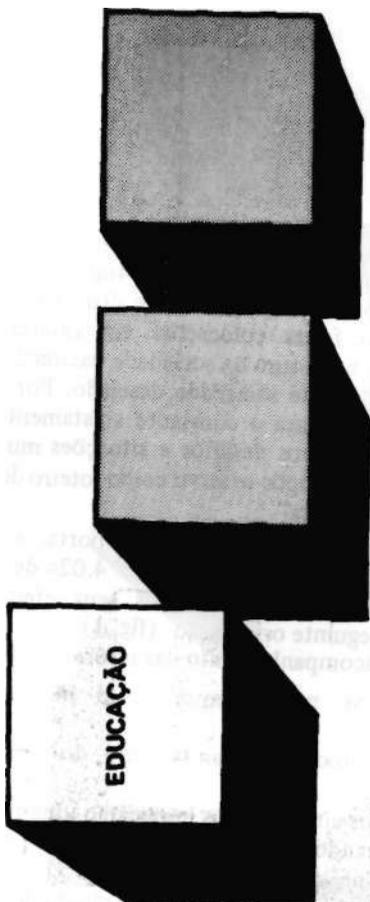
- a) permanente acompanhamento das reformas em implantação;
- b) ajustamentos para adequá-las ao momento presente, quando necessários;
- c) avaliação do processo em andamento, do ponto de vista da qualidade do ensino.

Vale ressaltar que os ajustamentos implicarão uma tríplice ação (fig. 2):

- a) correção, quando necessário, do que foi iniciado, implantado ou em vias de implantação;
- b) deflagração do processo de implantação do desejado;
- c) ajustamento entre o que existe e o que precisamos fazer.

Tendo em vista essas considerações preliminares é possível delinear uma estratégia para a educação no Brasil. Tal estratégia foi concebida levando-se em conta quatro linhas de ação (Fig. 3):

- 1) Ação Preventiva;
- 2) Ação Maximizadora;
- 3) Ação de Coerência;
- 4) Ação Corretiva.



CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

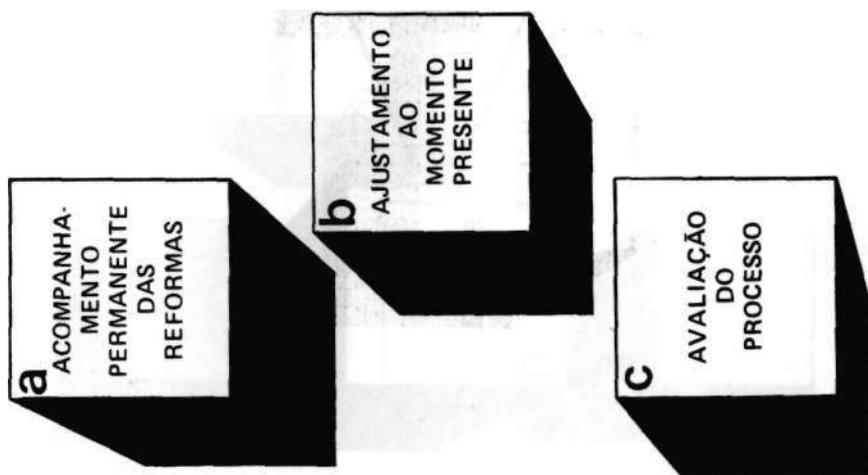


FIGURA I

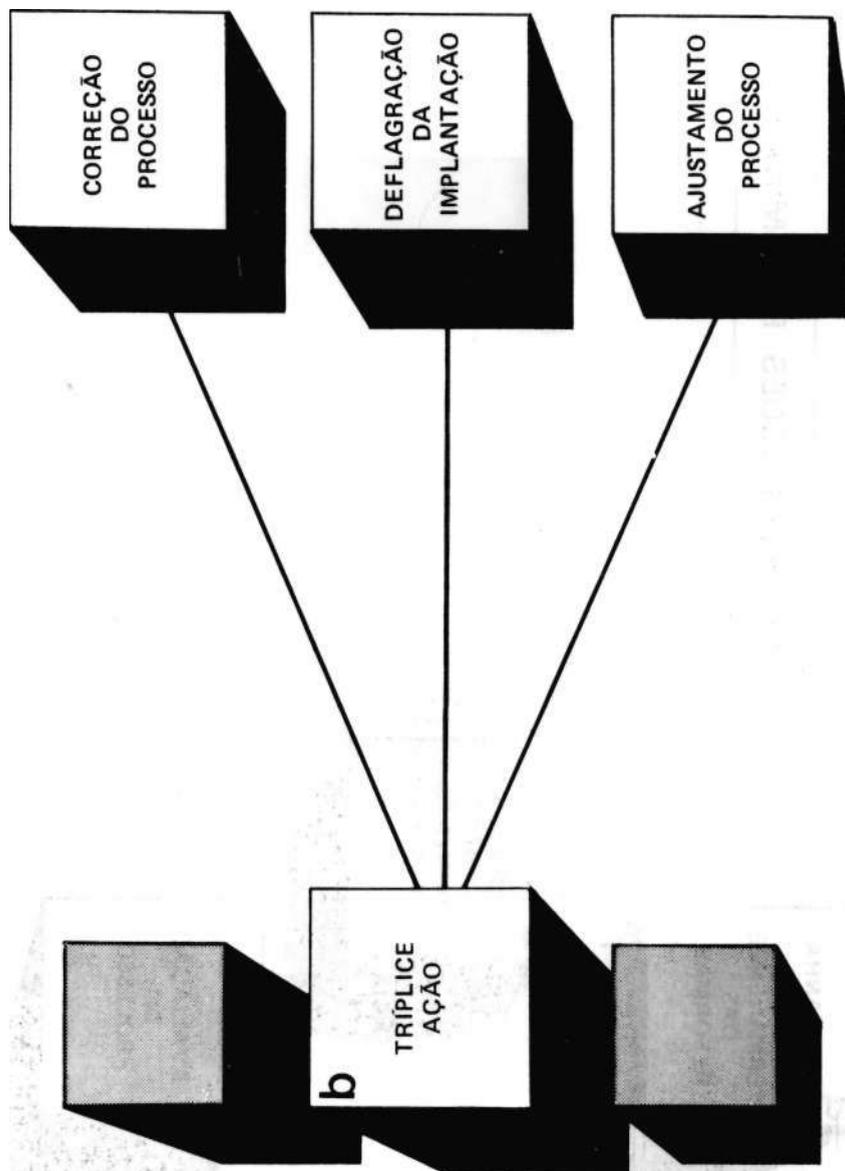


FIGURA 2

LINHAS DE AÇÃO

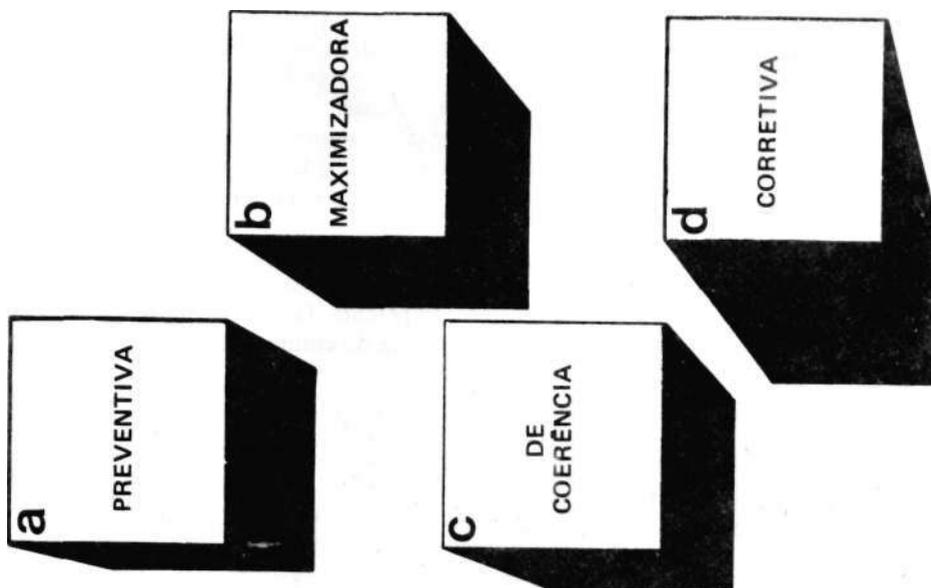


FIGURA 3

A *Ação Preventiva* relaciona-se com o futuro da criança ou do jovem, enquanto estudante, enquanto profissional e enquanto ser social. É possível desdobrar a *Ação Preventiva* em vários tipos, como, por exemplo (fig. 4):

- 1) educação pré-escolar;
- 2) programa de alimentação escolar;
- 3) educação sanitária;
- 4) educação moral e cívica.

A *Ação Maximizadora* visa ao aproveitamento ótimo dos recursos disponíveis. Supõe, necessariamente (fig. 5):

- a) preparo cada vez melhor do docente;
- b) utilização racional dos meios materiais empregados;
- c) aperfeiçoamento da tecnologia utilizada, material e administrativa;
- d) fechamento das sangrias que o sistema sofre, por causas variadas, sob a forma de evasão e repetência.

A *Ação de Coerência* atende a um duplo enfoque: horizontal e vertical (fig. 6):

A *coerência horizontal* deve promover a regionalização ou zoneamento da atuação educativa, de maneira a considerar, na sua devida importância, as necessidades do mercado de trabalho e os reclamos sociais de cada região. Deve, ainda, procurar o esforço de unidades afins em uma mesma área, espaço, região ou distrito geoeeducacional.

A *coerência vertical* deve compatibilizar a ação dos diferentes níveis administrativos (federal, estadual e municipal), bem como funcionalmente dar consistência e integração aos três níveis de ensino. (1º grau, 2º grau, superior e suas projeções e ramificações.)

A *Ação Corretiva* propõe dois tipos de atitudes que se completam (fig. 7):

- a) desenvolver programas que visam a superar deficiências qualitativas e quantitativas historicamente acumuladas;
- b) oferecer meios para que a formação adquirida não se torne obsoleta, mas seja corrigida continuamente, de maneira a manter o profissional permanentemente atualizado e apto a desempenhar o seu papel.

Essa estratégia para a educação nacional tem por objetivo básico proporcionar ao homem meios para que, ao egressar da escola, se converta em um agente social útil, e não apenas em um técnico competente. Desde logo, quero assinalar que a preocupação fundamental com a qualidade do ensino é um objetivo-síntese.

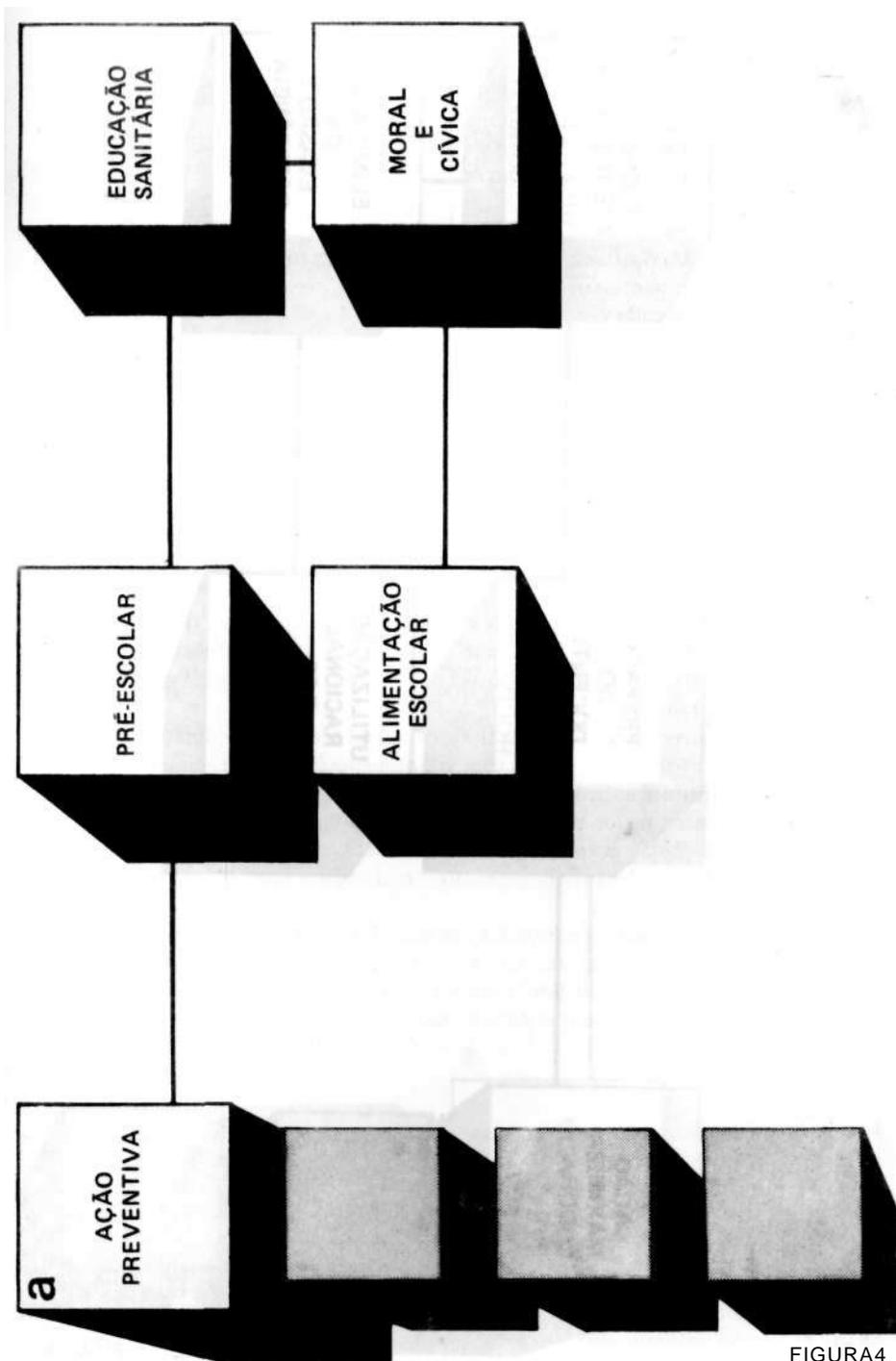


FIGURA4

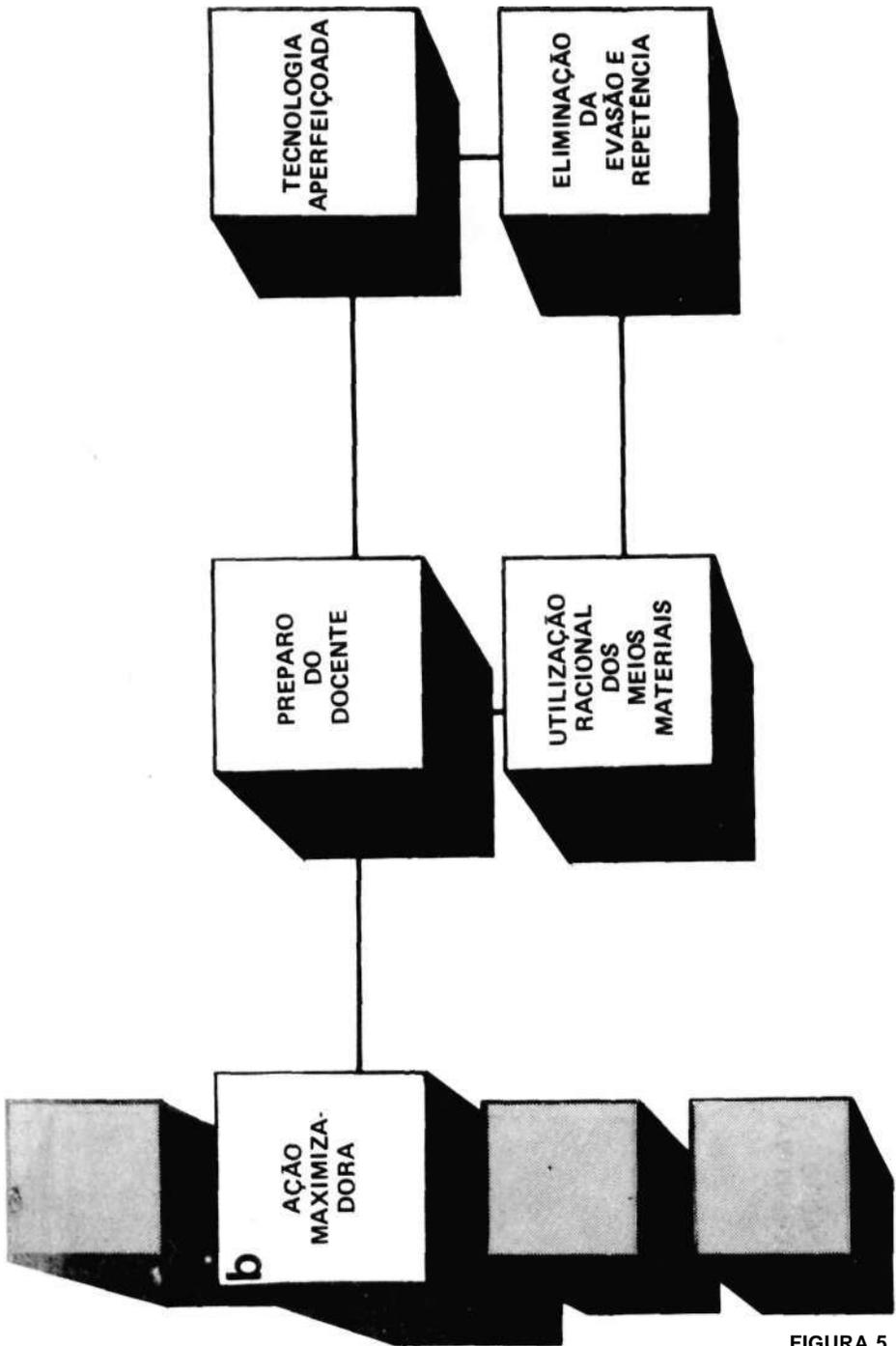


FIGURA 5

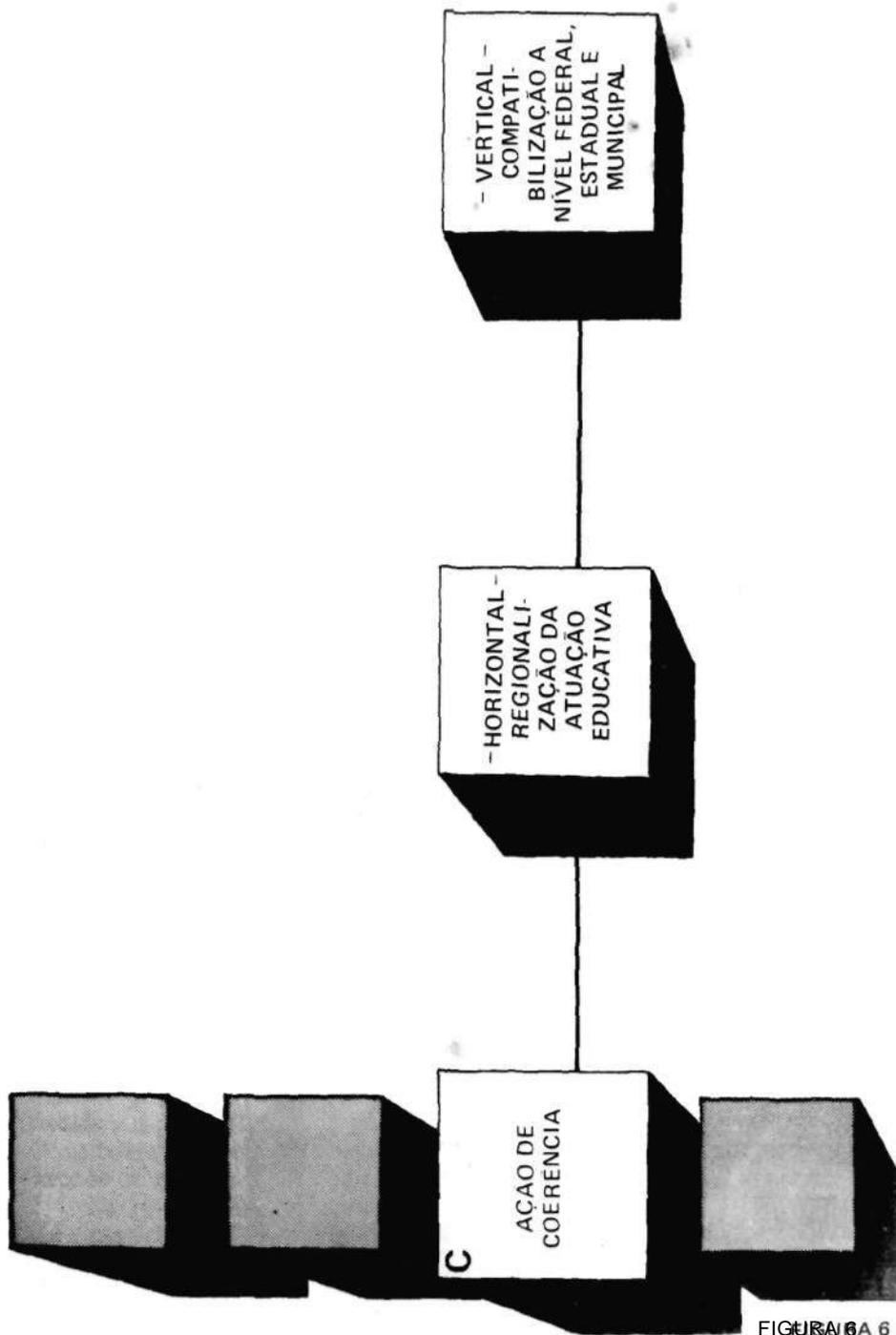
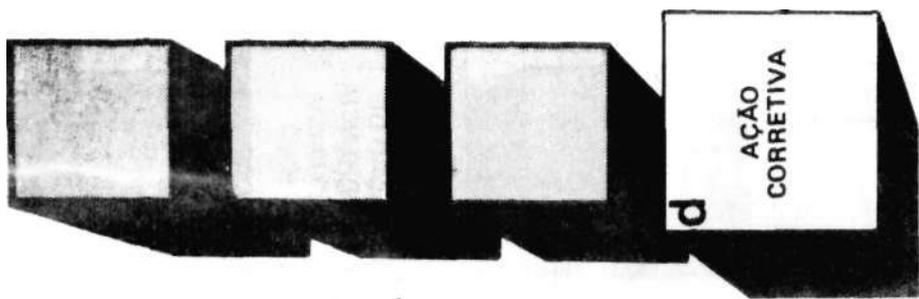


FIGURA 6A 6



ACÇÃO
CORRETIVA

d

SUPERACÃO DE
DEFICIÊNCIAS
QUALITATIVAS
E
QUANTITATIVAS

ATUALIZAÇÃO
PERMANENTE
DO
PROFISSIONAL

FIGURA 7

Seria inútil qualquer tentativa de gerir um sistema educacional para uma sociedade como a nossa, que não tivesse a cautela de promover medidas radicais para melhorar a qualidade do ensino ministrado.

O aspecto principal é, indiscutivelmente, o aperfeiçoamento do pessoal docente, do 1º grau à pós-graduação. É básico, sob esse prisma, a melhoria do ensino de 1º grau e por essa razão merece prioridade. Seu caráter fundamental para a formação humana exige preocupação constante, nunca excessiva. O ensino nas áreas rurais, por exemplo, exige uma atitude toda própria, visando-se ao atendimento dos reais anseios das comunidades. Torna-se imprescindível ampliar o apoio material ao sistema, suprimindo as carências básicas que afligem a maioria das nossas comunidades rurais, e mesmo as urbanas, por meio da distribuição do livro didático e do material escolar essencial. O progressivo barateamento do texto escolar, pela sua produção em massa e pela utilização de material de custo mais acessível, possibilitará sua maior disseminação.

Também a formação de professores e o treinamento de docentes leigos são medidas indispensáveis para elevação do nível de ensino de 1º grau.

Os programas para o livro didático receberam este ano substancial volume de recursos, da ordem de Cr\$ 107.713.200,00. Isto lhes permitiu aumentar no 1º grau a tiragem de 8.000.000 para 11.000.000 de exemplares. Está em adiantado processamento um programa para abastecer de maneira definitiva as comunidades rurais. Esse programa para o setor permitirá um atendimento progressivo, colocando ao alcance dos alunos da zona rural, livros e material escolar (fig. 8 e 8a).

Ainda quero destacar os programas de assistência técnica na área do ensino fundamental, que objetivam estimular os governos estaduais e municipais nas atividades de formação do pessoal docente para esse nível de ensino. Para esse fim estão sendo empregados recursos num total de Cr\$ 58.843.949,00 para o período de 1975 a 1979 (fig. 9).

Uma última referência sobre a efetiva ação do Ministério da Educação e Cultura no que se relaciona com a qualidade do ensino é a recente aprovação pelo Presidente Ernesto Geisel do Plano Nacional de Pós-Graduação. A preocupação dominante foi cobrir a área do ensino superior, consciente de que providências básicas estão em curso na área do ensino fundamental (fig. 10).

O objetivo primordial do Plano é solidificar as universidades em verdadeiros centros de atividades criativas permanentes, o que será alcançado na medida em que o sistema de pós-graduação exerça eficientemente suas funções formativas e pratique um trabalho constante de investigação e análise em todas as áreas do conhecimento humano e da cultura brasileira.

De 1975 a 1979, os recursos atingirão o montante de Cr\$ 10.300.000,00, dos quais Cr\$ 7.340.000,00, são recursos federais.

Vou projetar, rapidamente as metas quantitativas e qualitativas que orientarão a ação do Ministério da Educação e Cultura, dando corpo aos objetivos fixados, e que alinharei no curso desta exposição (fig. 11).

PROGRAMA DO LIVRO DIDÁTICO (para 1975) Cr\$ 107.713.200,00



FIGURA 8

PROGRAMA DO 1º GRAU NA ZONA RURAL

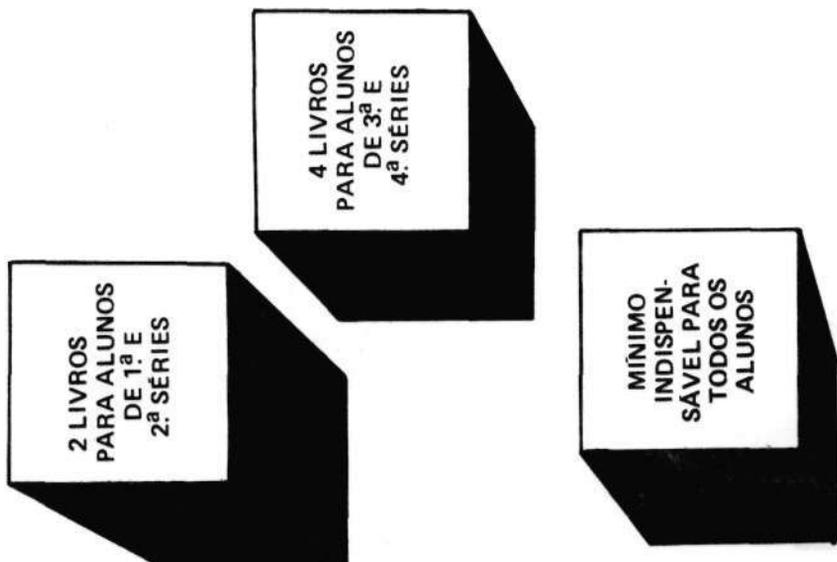


FIGURA 8a

COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA ÀS UNIDADES FEDERADAS NA ÁREA DO ENSINO 1º GRAU

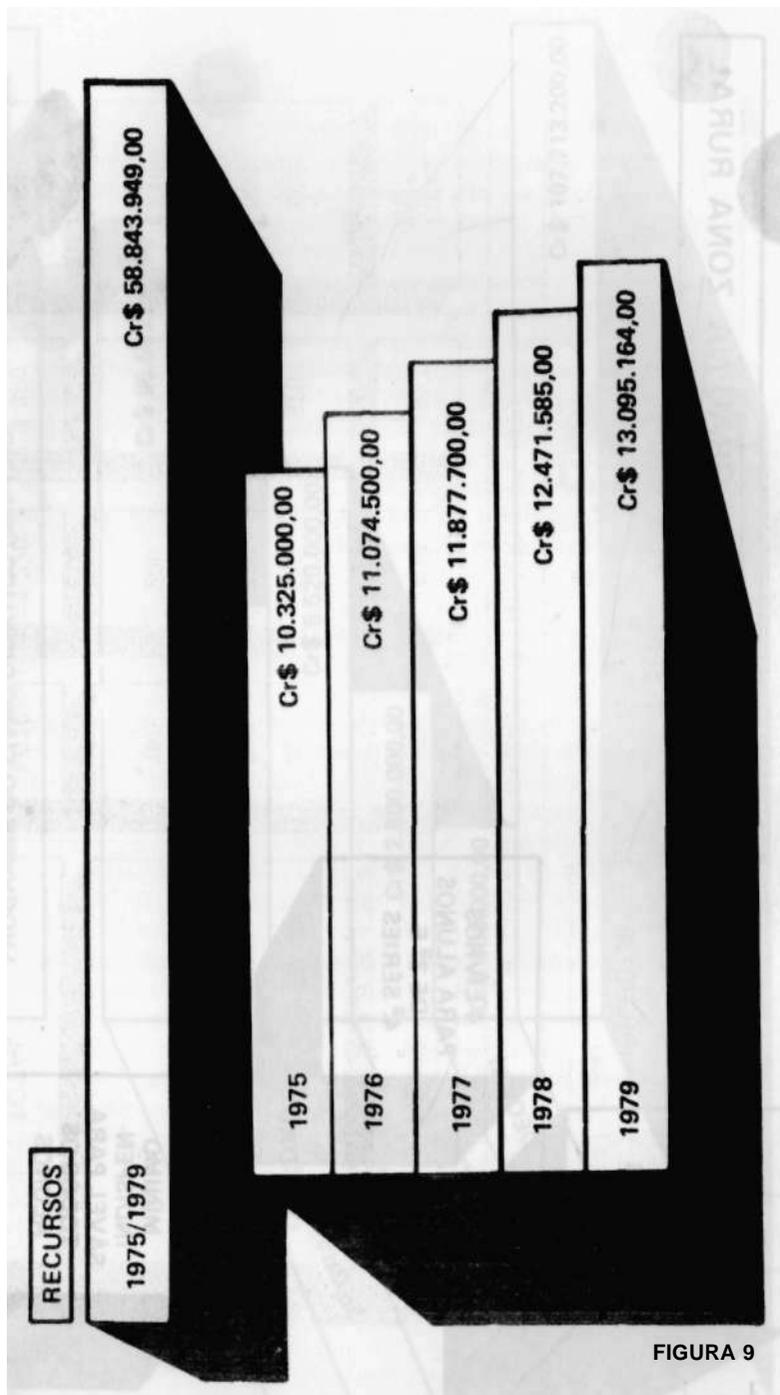


FIGURA 9

RECURSOS PARA PÓS-GRADUAÇÃO

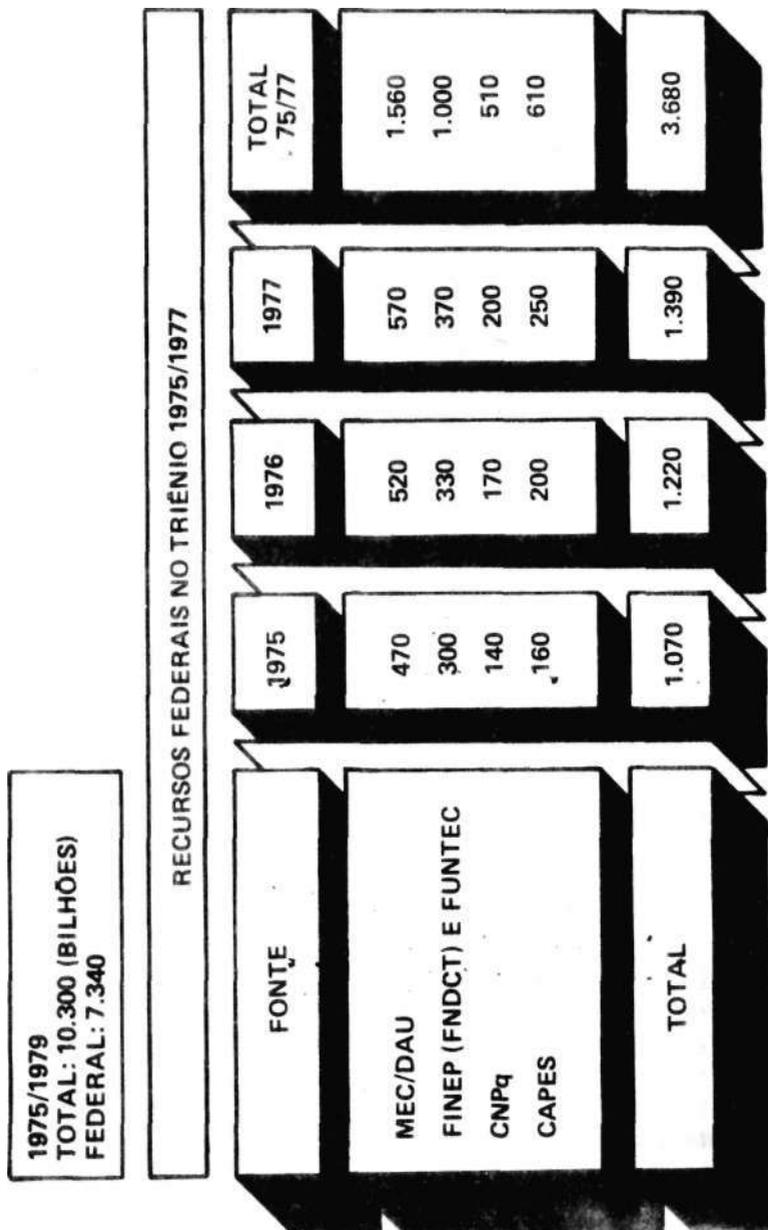


FIGURA 10

I - METAS QUANTITATIVAS

1 — *em caráter geral:*

- a) elevar a relação aluno/professor;
- b) utilizar melhor o ano letivo;
- c) aumentar a taxa de utilização das instalações;
- d) controlar o surgimento de novos estabelecimentos;
- e) aperfeiçoar a administração escolar;

2 — *em caráter específico:*

- a — orientar o crescimento do *ensino superior*;
- b — assegurar a expansão do *ensino médio (2º grau)*;
- c — perseguir a meta da universalização do *ensino de 1º grau*;
- d — implementar a *educação pré-escolar*;
- e — suprir, através do *supletivo*, as insuficiências do ensino formal regular;
- f — incentivar o *ensino continuado* (fig. 12).

II - METAS QUALITATIVAS (fig. 13)

ENSINO SUPERIOR:

- 1 — ajustar permanentemente a orientação dos investimentos educacionais;
- 2 - incrementar a oferta dos cursos de curta duração;
- 3 — estabelecer a regionalização ou zoneamento das instituições de ensino superior;
- 4 — fomentar o retorno periódico dos graduados para cursos de reciclagem;
- 5 - promover um intenso programa de cursos de aperfeiçoamento e especialização;
- 6 - desenvolver a pós-graduação (mestrado e doutorado);
- 7 — definir diretrizes para funcionamento de novos cursos;
- 8 - promover a urgente revisão dos currículos mínimos;
- 9 - desenvolver a pesquisa;
- 10 - reconhecer créditos nos estágios;
- 11 - participar da reforma do ensino de 1º e 2º graus, através da formação de professores (fig. 14).

METAS QUANTITATIVAS

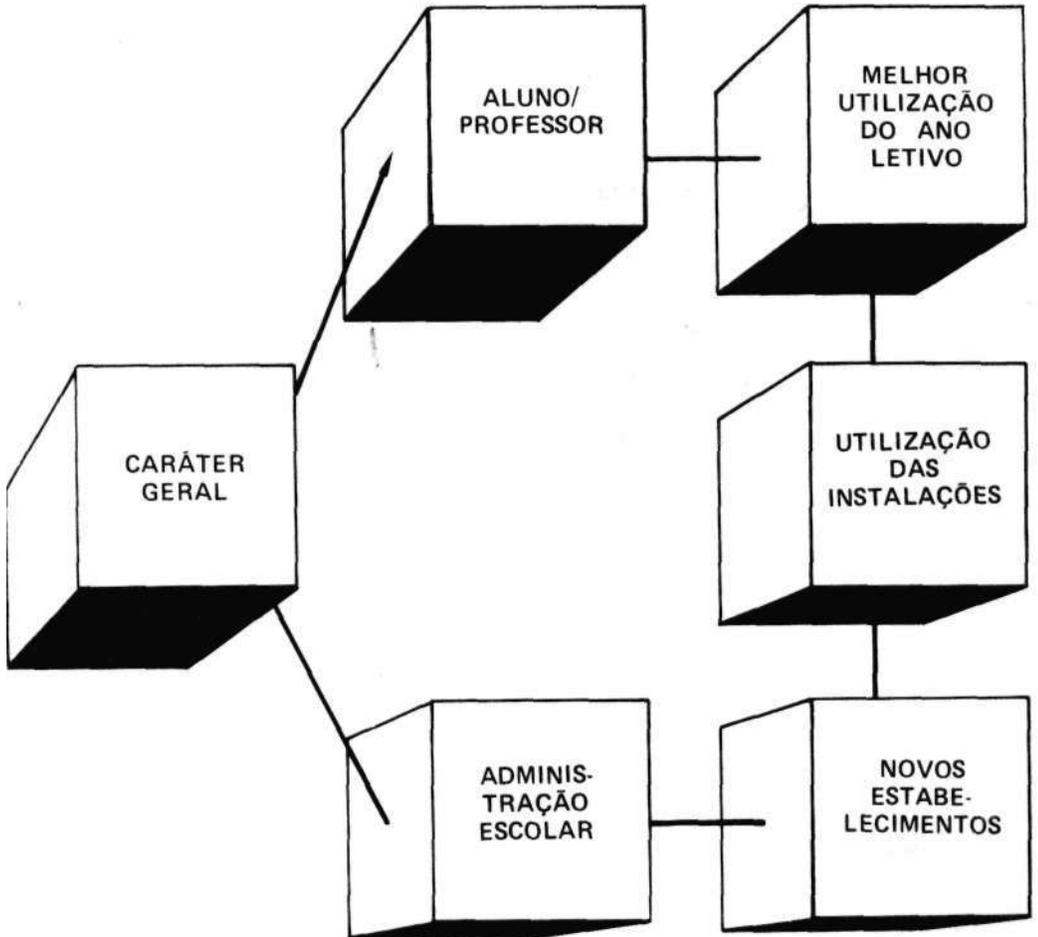


FIGURA 11

METAS QUANTITATIVAS

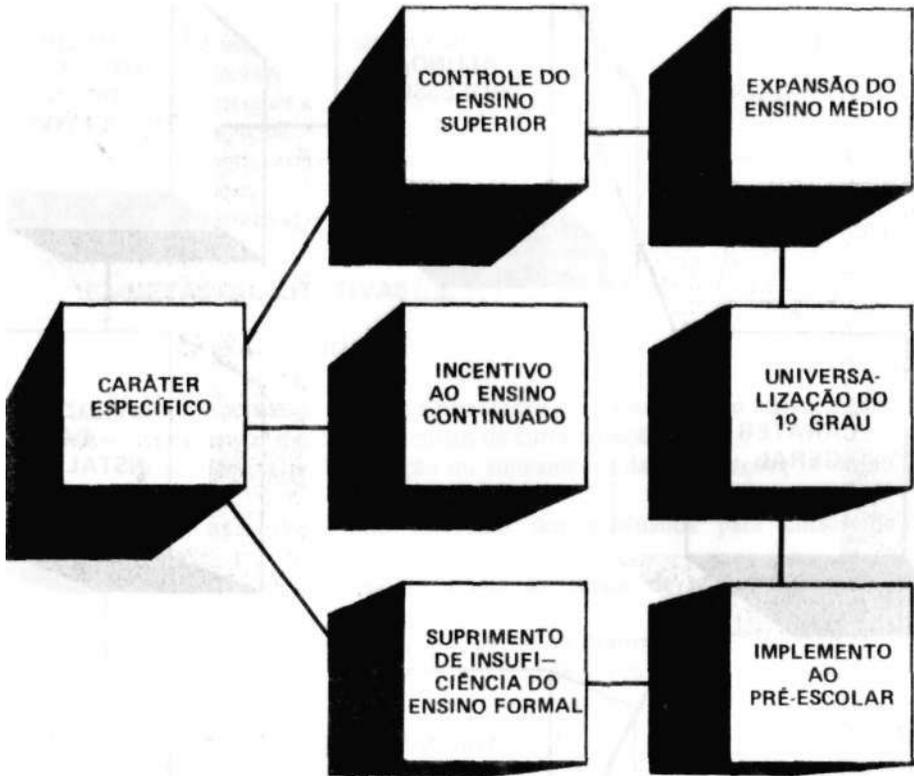


FIGURA 12

METAS QUALITATIVAS

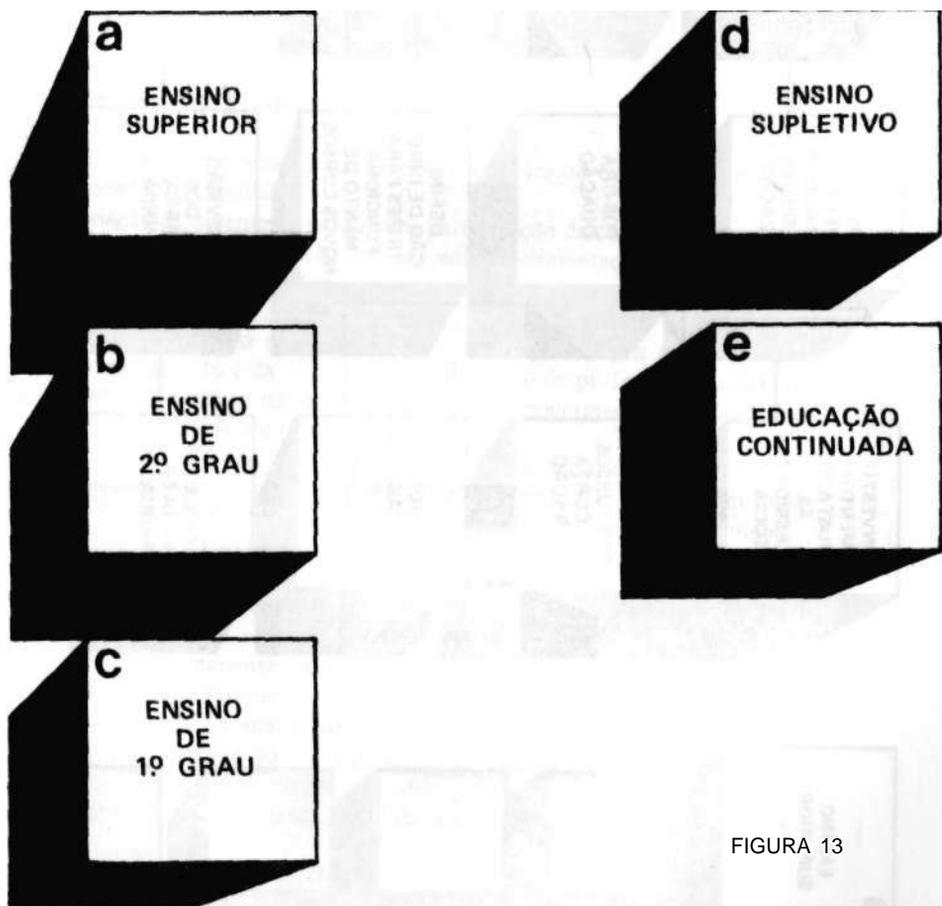


FIGURA 13

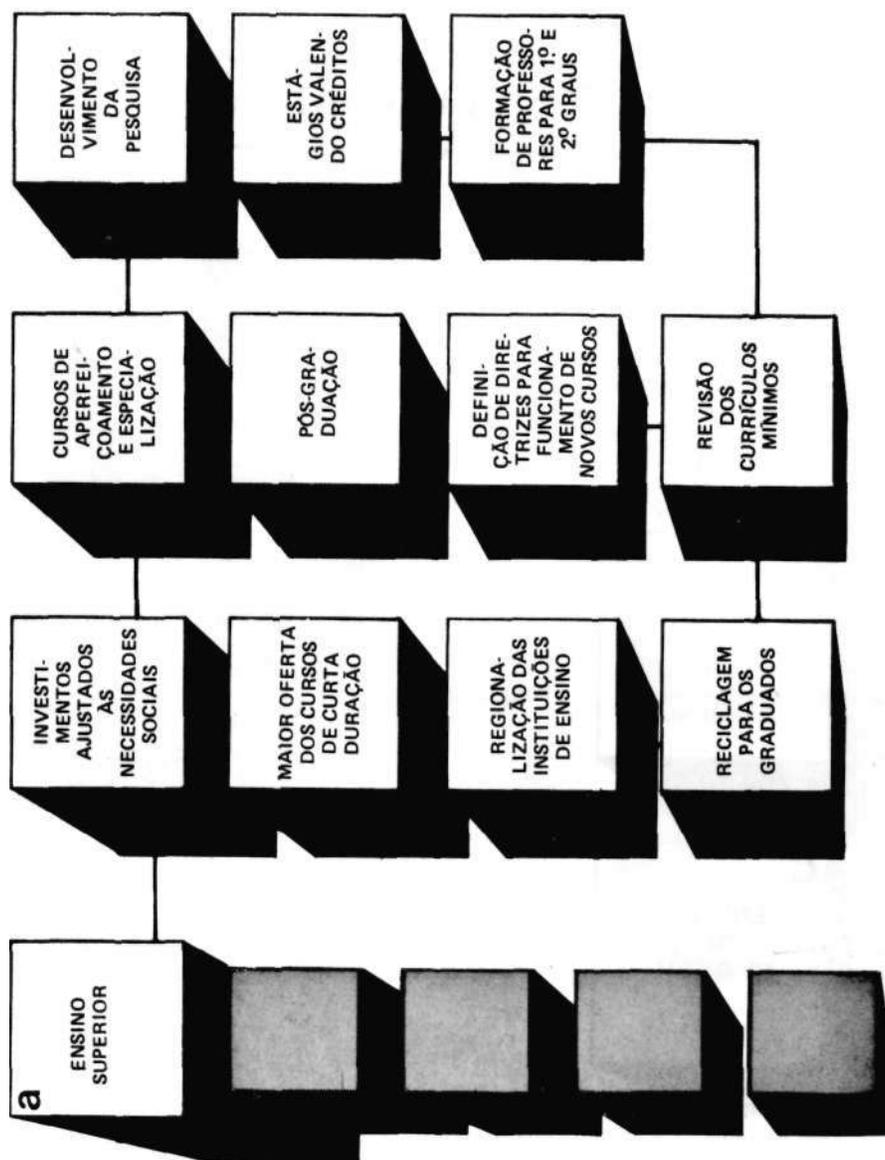


FIGURA 14

ENSINO DE 2º GRAU:

- 1 — favorecer e criar estímulos para ultimar a opção terminalidade;
- 2 — ampliar o conceito de profissionalização, entendendo-a como "educação para o trabalho";
- 3 — condicionar a implantação definitiva do sistema à realização dos estudos de mercado de trabalho;
- 4 — explicitar e instrumentar a opção continuidade;
- 5 — transferir para programas de treinamento em serviço a especialização final;
- 6 — articular-se com a universidade, para entrosamento de sua ação profissionalizante (fig. 15).

ENSINO DE 1º GRAU:

- 1 — participação crescente nas responsabilidades de execução da esfera de governo municipal;
- 2 — criação de incentivos para maior participação da comunidade;
- 3 — manutenção e ampliação do programa de alimentação escolar;
- 4 — adaptação de calendários e horários às condições ecológicas e da vida econômica das comunidades;
- 5 — desenvolvimento de técnicas apropriadas para suprir as desvantagens do isolamento e da dificuldade de obtenção de professores habilitados;
- 6 — desenvolvimento de amplos e intensivos programas de aperfeiçoamento e atualização de professores;
- 7 — adaptação de cartilhas, livros escolares e material de ensino em geral;
- 8 — introdução de hábitos sanitários compatíveis com as situações locais;
- 9 — definição mais precisa do núcleo comum dos currículos de 1º grau;
- 10 — regularização do fluxo de alunos pelas diferentes séries escolares (fig. 16).

ENSINO SUPLETIVO:

- 1 — exercer permanente vigilância com relação ao modelo em implantação;
- 2 — esforçar-se para que assuma efetivamente, embora de modo que não se confundam, as suas duas funções de suplência e suplementação, a primeira voltada para a superação de atrasos no tempo, e a segunda para solução de atrasos no conteúdo;
- 3 — promover o ajustamento contínuo ao ensino formal regular (fig. 17).

EDUCAÇÃO CONTINUADA:

- 1 — atualizar docentes;
- 2 — reintroduzir no processo educacional os já graduados;
- 3 — apoiar os especialistas em transmissão de inovações em todos os campos;
- 4 — desenvolver programas integradores ensino — ocupação (fig. 18).

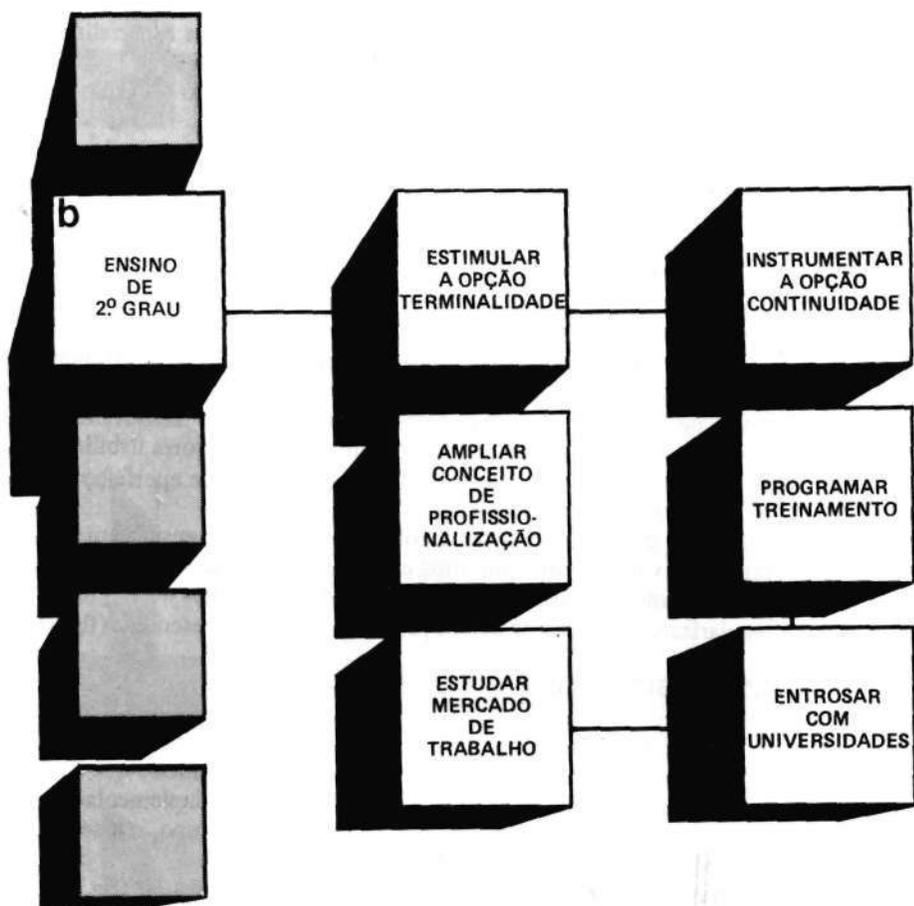


FIGURA 15

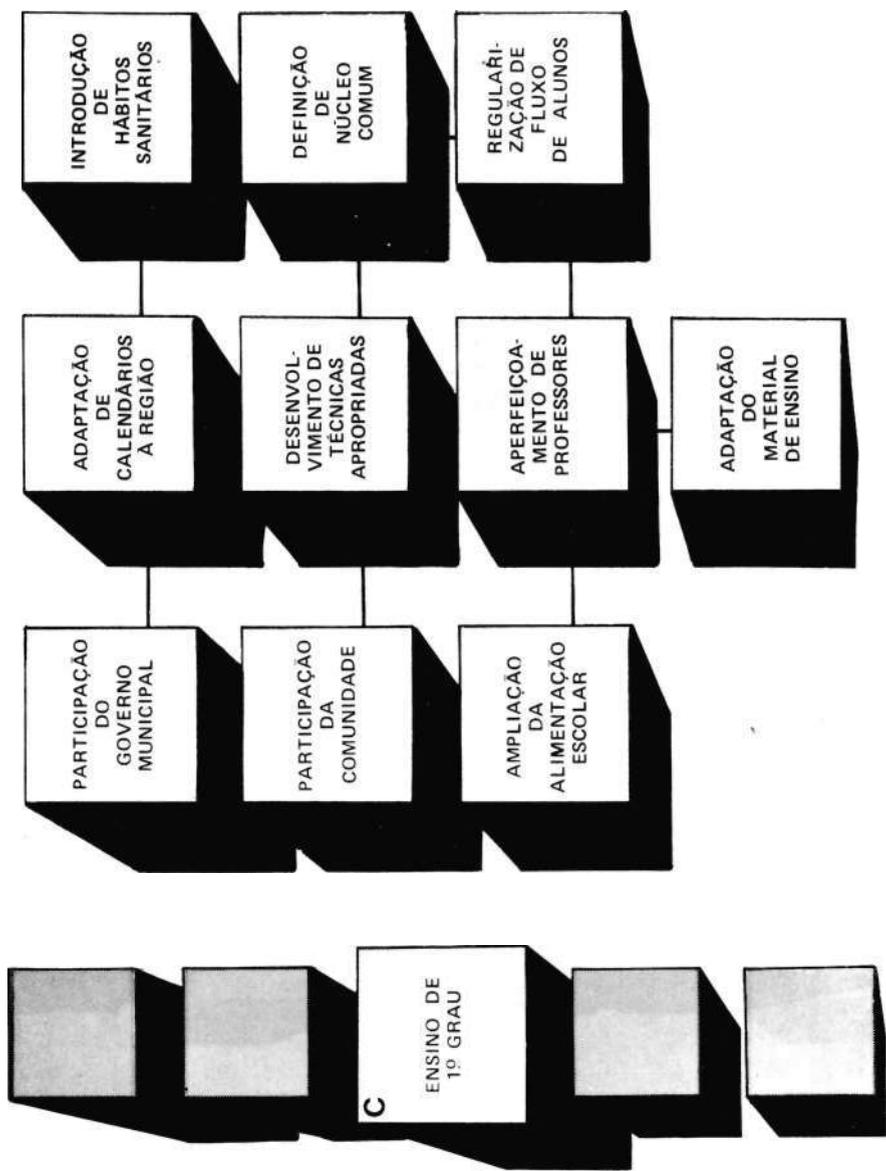


FIGURA 16

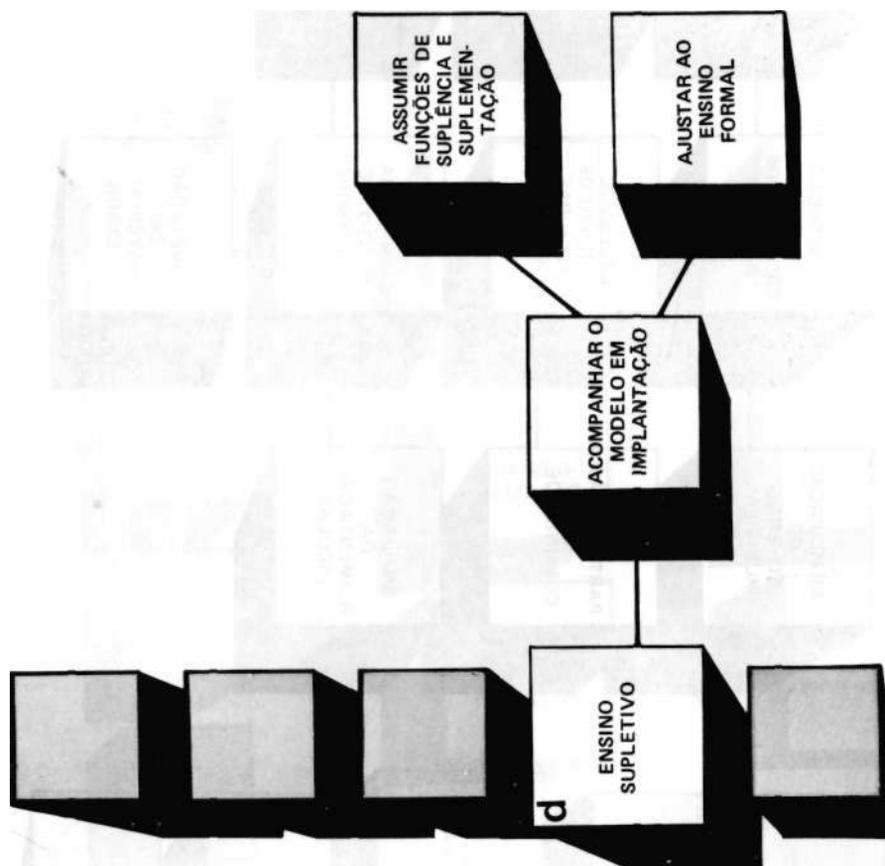


FIGURA 17

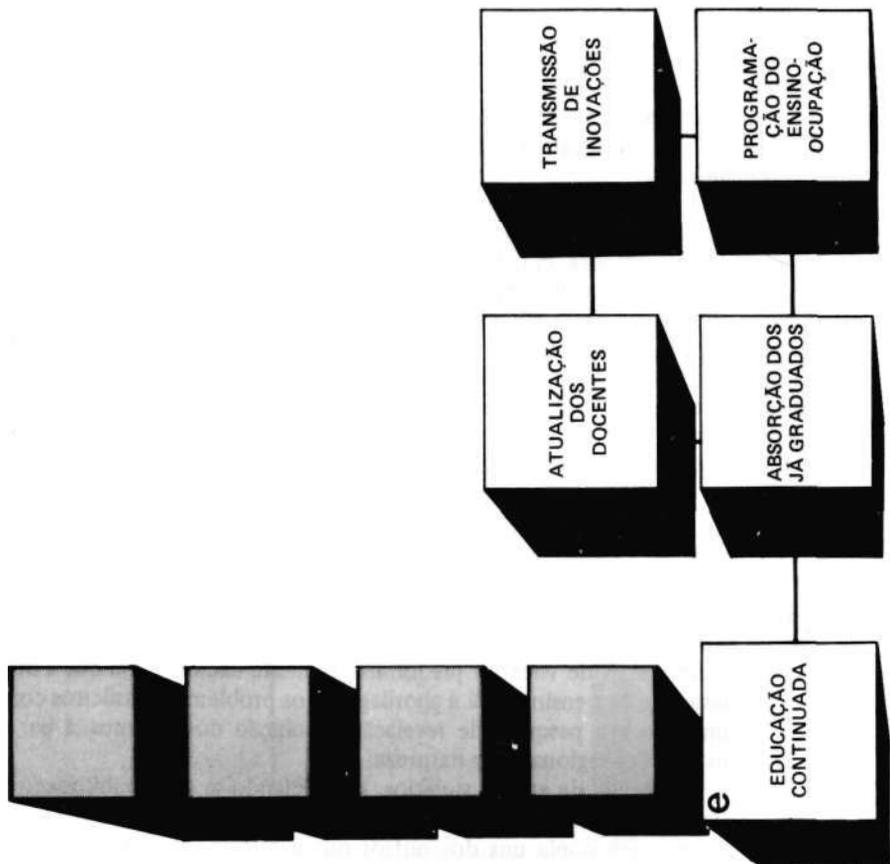


FIGURA 18

Quero mencionar a preocupação do Ministério da Educação e Cultura com os aspectos espaciais, de regionalização ou zoneamento do ensino. Um ângulo importante na tomada de decisões sobre a criação de novas instituições de ensino e de novos cursos superiores, é o da sua especialização relativa. Essa especialização relaciona-se com a resposta que a universidade deve proporcionar às necessidades sociais do meio a que mais diretamente serve.

Não devemos perder de vista a preocupação pelo "universal", que constitui a tradição da universidade, e atende, de um modo geral, à preocupação pelo especificamente humano de seus objetivos. Deve ela voltar-se para os programas de ensino, pesquisa e extensão mais ajustados a esse meio. Tal preocupação permitirá, por exemplo, selecionar os cursos em função das necessidades sociais da região, adaptar os currículos respectivos, montar programas de pesquisa sobre a realidade circundante e atuar sobre esta em função de objetivos sociais predeterminados, e iniciativas análogas.

Uma tal visão conduz à consideração da possibilidade de distinguir entre instituições de ensino superior com vocação predominantemente nacional e outras de caráter regional, embora, em alguns casos, com programas similares ou comuns. O princípio da economia de meios, associado a esse critério, poderá permitir o estabelecimento de alguma espécie de distribuição de funções entre universidades e uma certa expressão administrativa desse fato.

Explicitando essa preocupação com os aspectos da regionalização, pode-se acrescentar os seguintes pontos essenciais:

- 1 - toda universidade (e todo curso de 2° grau) deve ter um conteúdo básico, de dimensão nacional, que constitua fator de aglutinação nacional e sedimentação da unidade pátria;
- 2 - operacionalmente, porém, os profissionais formados deverão orientar-se basicamente pelas necessidades sociais mais específicas da região a que na maioria devem servir;
- 3 — uma equilibrada distribuição de funções a esses dois níveis conduzirá, principalmente no caso das universidades, à definição de instituições educacionais de vocação predominantemente nacional, em que a ótica básica de seu ensino será a abordagem dos problemas brasileiros como um todo e a pesquisa de revelação e solução dos mesmos, a par de instituições regionais por natureza;
- 4 — os currículos de ensino superior, beneficiando-se da flexibilização de sua organização, deverão responder a essa filosofia operacional, e não serem mera cópia uns dos outros ou, o que é pior, de sistemas de ensino alienígenas;
- 5 — enquanto formadores de força de trabalho qualificado, as instituições de ensino superior deverão entrosar-se com os agentes que respondem a essas necessidades nacionais ou regionais, conforme o caso, mas sem converterem-se em seus instrumentos;
- 6 — será examinada a possibilidade e conveniência de desdobrar, fisicamente, os cursos básicos, em instituições especializadas, que abasteceriam os centros universitários profissionalizantes (fig. 19).

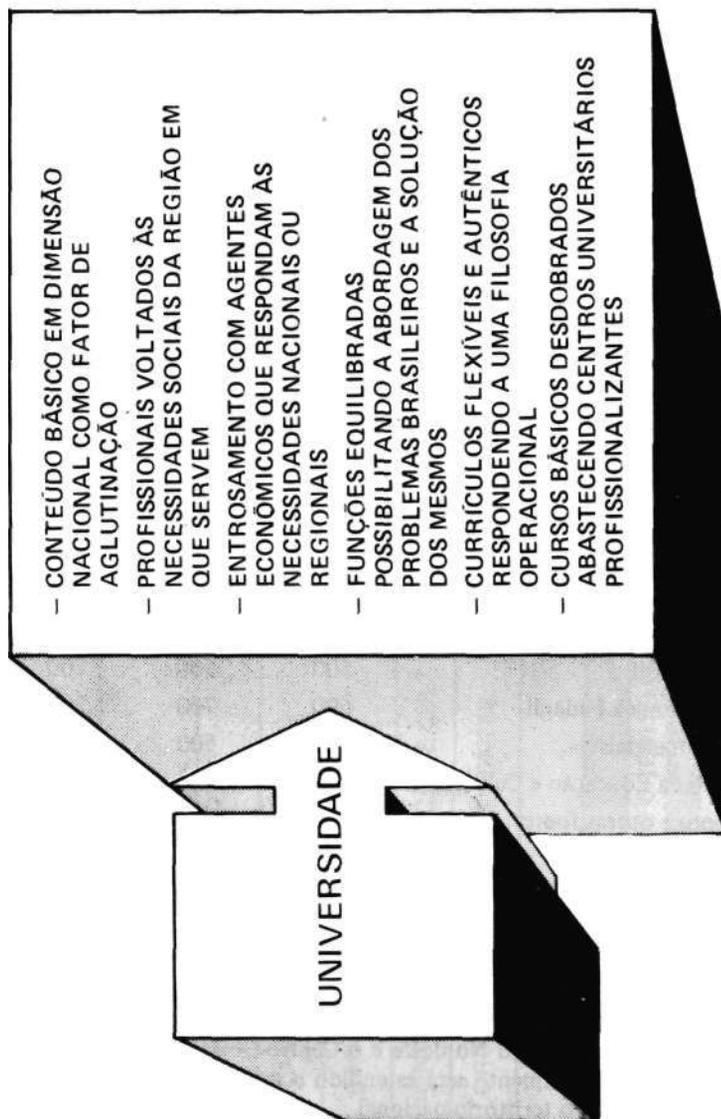


FIGURA 19

Antes de concluir esta parte, quero fazer referência ao *Programa de Crédito Educativo*, que tem a finalidade de financiar alunos carentes do sistema universitário, seja para o pagamento de anuidades, seja para a própria manutenção.

Suas características básicas são:

1. os feros serão estabelecidos pelo Ministério da Educação e Cultura, segundo critérios de prioridades por ele definido, não podendo ultrapassar:
 - a) no caso de anuidades ao valor destas;
 - b) no caso de manutenção, ao maior salário mínimo do país, por mês;
2. os *prazos* serão:
 - a) de utilização, equivalente à duração média do curso mais um ano de tolerância;
 - b) de carência, um ano após a utilização;
 - c) de amortização, equivalente ao de utilização a contar da carência.
3. os *juros* são nominais de 15% a.a, capitalizáveis mensalmente durante o prazo de utilização e carência, consolidada e dívida no início do prazo de amortização.

Os recursos podem ser visualizados da forma seguinte:

FONTES	1976	1977	1978	1979
Banco do Brasil	500	500	700	1.000
Caixa Econômica Federal	600	700	1.200	1.500
Bancos Comerciais	400	500	200	200
Ministério da Educação e Cultura	200	400	700	800
Orçamento e outras fontes	-	-	200	500
TOTAL	1.700	2.100	3.000	4.000

FONTE: Programa de Crédito Educativo (em Cr\$ 1.000.000,00) (fig.20)

A implantação será gradativa, devendo ser iniciada pelas três regiões menos desenvolvidas — o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste. Ainda no ano de 1976, o crédito educativo certamente será estendido a outras regiões ou a áreas de ensino prioritárias em todo o território nacional.

Este programa pretende somente aumentar oportunidades facilitadas de estudo. Não altera o benefício de gratuidade do ensino oficial, não cria gastos adicionais para o aluno, nem impõe a aceitação do financiamento oferecido. A ele recorrerão os que necessitarem ou queiram fazê-lo.

(EM Cr\$ 1.000.000,00)

FONTES	1976	1977	1978	1979
BANCO DO BRASIL	500	500	700	1.000
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	600	700	1.200	1.500
BANCOS COMERCIAIS	400	500	200	200
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	200	400	700	800
ORÇAMENTO E OUTRAS FONTES	-	-	200	500
TOTAL	1.700	2.100	3.000	4.000

FONTE: PROGRAMA DE CRÉDITO EDUCATIVO

FIGURA 20

1

INTRODUÇÃO

2

EDUCACÃO

3

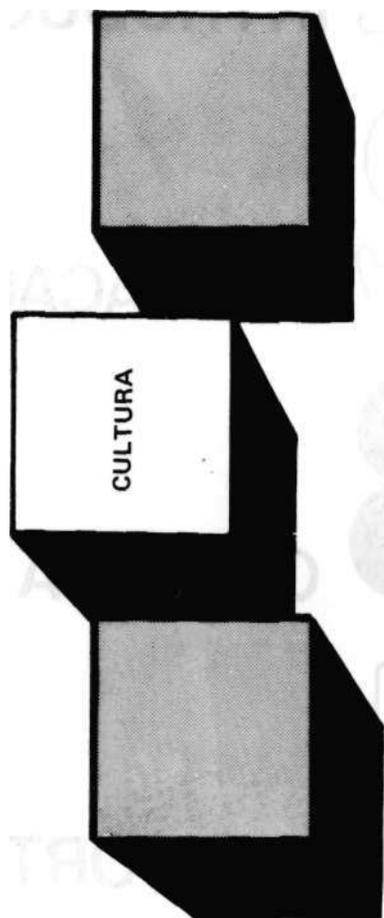
CULTURA

4

DESPORTO

5

CONCLUSÃO



E importante destacar, preliminarmente, que o estabelecimento de uma política de cultura não significa uma intervenção na atividade cultural espontânea ou a sua orientação segundo formulações ideológicas violentadoras da liberdade criadora que a atividade cultural supõe. O governo brasileiro não quer, direta ou indiretamente, substituir a participação dos indivíduos ou cercear as manifestações culturais que supõem a crença própria do povo brasileiro. Assim, a ação do Ministério da Educação e Cultura pretende estimular, apoiar e possibilitar a ação cultural de indivíduos e grupos.

Conforme dissemos na introdução, a cultura está voltada para a criação de uma sociedade fundada nos valores espirituais perenes, preservadas a identidade e a originalidade da cultura nacional, donde decorre a feição peculiar do homem brasileiro.

Explicitados os fundamentos, posso alinhar orientações básicas para uma política nacional da cultura.

- 1) A cultura deve ser entendida, para esse fim, como, essencialmente, o estilo de vida da sociedade brasileira, ou o seu modo de existência. A cultura é, portanto, algo essencial, não supérfluo, de que todos participam e a todos interessa.
- 2) A cultura é um conjunto orgânico de manifestações da vida de um povo. Assim, a política a ser formulada não pretende promover a sua programação como um produto a ser oferecido, mas dar condições para o seu cultivo. O Ministério da Educação e Cultura não reivindica dirigir a cultura nacional, mas colaborar com ela.
- 3) A política nacional da cultura visa a incrementar o teor de brasilidade da nossa cultura. Tal escopo abrange uma dupla dimensão: a regional e a nacional. O contacto intercultural é indispensável, mas a preservação do especificamente regional precisa ser garantida (fig. 21).

Considerando essas orientações básicas posso afirmar que a Política Nacional da Cultura tem a ver, não com a cultura geral, ou em abstrato, mas com uma

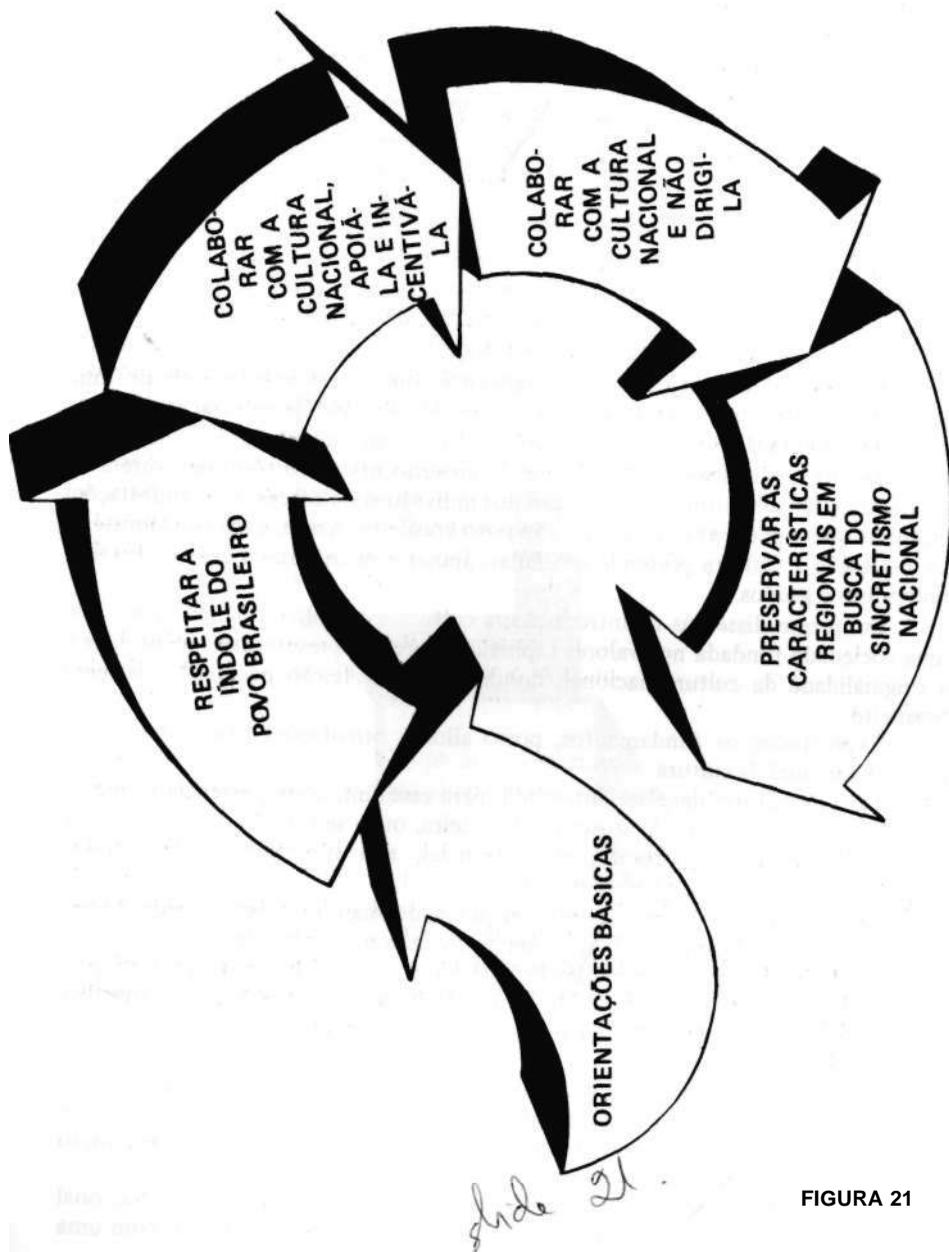


FIGURA 21

cultura específica, a *cultura brasileira*. Em síntese, o propósito do Ministério é estabelecer um conjunto de diretrizes que visam a preservar o patrimônio cultural brasileiro, incentivar o nosso potencial criativo. Além disso, propõe-se a divulgar as manifestações e resultados dessa criatividade e promover estudos e pesquisas sobre o homem e a sociedade brasileira.

O patrimônio cultural abrange as nossas tradições históricas, hábitos e costumes estratificados, as criações literárias e artísticas em geral mais representativas do espírito criador brasileiro, a contribuição científica e técnica relevante para o progresso da humanidade em geral. Compreende, ainda, as cidades, conjuntos arquitetônicos e monumentos históricos e artísticos ou revestidos de importância cívica e religiosa, as jazidas arqueológicas, a própria natureza, as idéias e ideais partilhados em geral pelos brasileiros.

O desenvolvimento não é um fato de natureza puramente econômica, mas tem uma dimensão cultural que, não respeitada, compromete o conjunto. A plenitude do desenvolvimento supõe a elevação da qualidade dos agentes do processo, que são também os destinatários dos seus frutos. Portanto, com base no eixo ético humanístico em que nos apoiamos, a cultura não se destina a uns poucos privilegiados, mas, ao contrário, à generalidade dos brasileiros. A cultura é entendida como parte integrante do Bem Comum.

Assim, uma política da cultura, ou seja, uma política empreendida em servir à cultura, deve levar em consideração a ética do humanismo e o respeito à espontaneidade da criação popular. Justifica-se, portanto, uma política da cultura como um conjunto de iniciativas governamentais coordenadas pela necessidade de estimular a própria criação cultural, livre de quaisquer tipos de ameaças e distorções.

Acredito que o estabelecimento de uma política da cultura conduzirá a um equilíbrio entre o valor econômico e o valor social através do eixo cultural. Cultura não é luxo, logo não pode ser classificada como não-utilitária e não-rentável.

Na linha do raciocínio desenvolvido até aqui, devo apresentar-lhes o nosso pensamento em termos de fixação dos componentes essenciais dessa política da cultura.

Primeiro componente: o apoio direto e o acompanhamento das fontes culturais regionais representadas, sobretudo, pelas atividades artesanais e folclóricas. O objetivo central é a integração do homem ao seu meio, naquilo que constitui o primeiro conhecimento da realidade cultural de seu país.

Segundo componente: a literatura — dinamizar o mercado de publicações de modo a promover o financiamento e a comercialização de edições, entre outros, de novos talentos. O objetivo central é o reforço da atividade editorial, em seu sentido amplo.



FIGURA 22

Terceiro componente: revalidação do patrimônio histórico. O objetivo central é conservar os símbolos culturais de nossa história.

Quarto componente: apoio à produção teatral nacional, tanto na área de criação quanto na de circulação e de consumo. O objetivo central é preservar os valores teatrais brasileiros.

Quinto componente: apoio à produção cinematográfica nacional. O objetivo central é tornar sempre melhor e competitiva essa produção.

Sexto componente: apoio à produção musical, tanto clássica como popular. O objetivo central é difundir e proteger a produção do autor nacional.

Sétimo componente: coreografia - apoio à dança. O objetivo central é preservar os símbolos gestuais da cultura nacional, incentivando os grupos de dança que guardam suas origens no folclore.

Oitavo componente: implementar as artes plásticas. O objetivo central é o aumento da pesquisa nesse campo por meio de laboratórios de criatividade e a correspondente mostra das novas tendências.

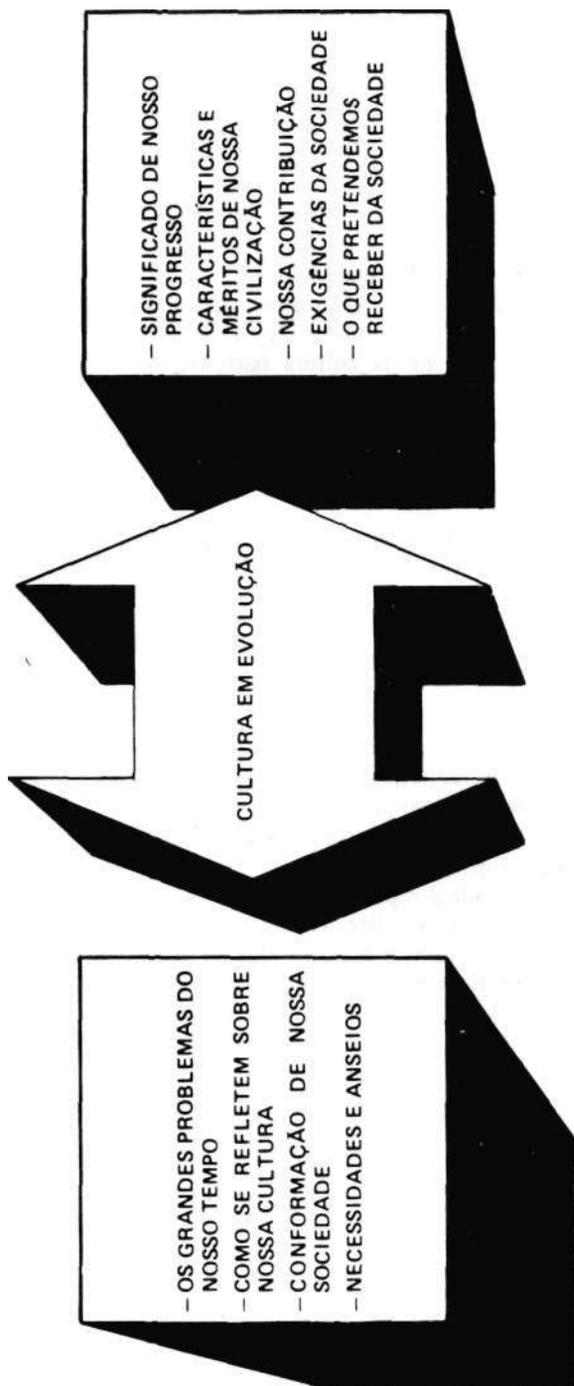
Nono componente: difusão da cultura através dos meios de comunicação de massa. O objetivo central é assegurar o uso dos meios técnicos de comunicação como canais de produção cultural qualificada (fig. 22).

A partir desses componentes básicos são estabelecidas as diretrizes de ação, concebidas em um constante repensar. Isto exige, como imperativo, que estejam sempre presentes (fig. 23).

- os grandes problemas do nosso tempo;
- como se refletem sobre nossa cultura;
- a conformação de nossa sociedade;
- suas necessidades e anseios;
- o significado do nosso progresso;
- as características e os méritos de nossa civilização;
- com o que contribuímos;
- o que a sociedade nos pede;
- o que pretendemos receber dela.

Cabe oferecer e multiplicar as possibilidades de criação a todos os homens e em todos os níveis, apoiando-os e incentivando-os. Não queremos gerar a cultura, mas alimentá-la.

É essa a perspectiva e a ação do Ministério da Educação e Cultura no setor.



1

INTRODUÇÃO

2

EDUCAÇÃO

3

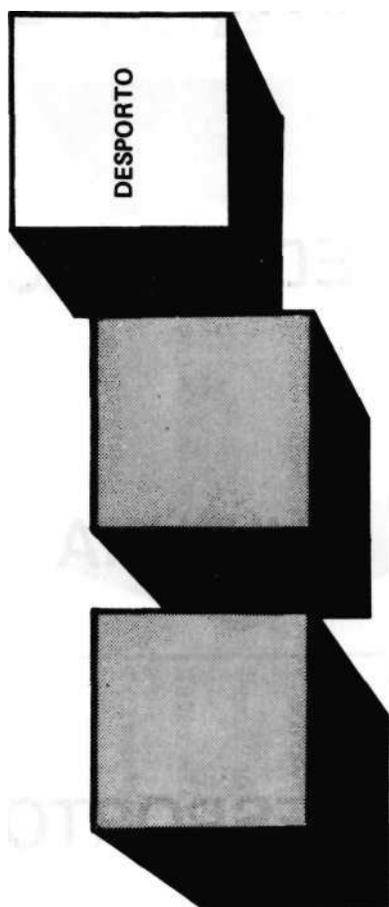
CULTURA

4

DESPORTO

5

CONCLUSÃO



Tem sido destacado com freqüência que o desporto é prática indispensável para a formação do homem. O fato importante, entretanto, é que a ação governamental no setor, só nos últimos tempos tem obedecido a um planejamento adequado. Foi pensando nisso, que o Presidente Ernesto Geisel, em diversas oportunidades, manifestou a intenção do governo de agir rapidamente para instituir normas gerais sobre desportos e estabelecer uma política nacional correspondente.

Com data de 6 de agosto, o Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei dando conseqüência às intenções do governo. Na Exposição de Motivos, que acompanha o mencionado Projeto, ficou expresso que "o Esporte, entendido em seu sentido social mais profundo, passa a ser um recurso de política disponível para enriquecer o elenco de soluções. Contribui para racionalizar a utilização do lazer, moldar novo esquema de coesão social, enriquecer a disciplina de grupo, e melhorar os padrões de higiene para a vida comunitária" (fig. 24).

Modernamente, o esporte é concebido como instrumento usado pelo Estado e pela comunidade para contribuir na solução de problemas gerados pela sociedade industrial moderna. Assim, como explicitado pela referida Exposição de Motivos, uma política desportiva adequada à realidade representa, além disso, um dado a mais nos esforços de promoção da justiça social, pelo caráter democrático que lhe é inerente. Por tudo isso, caracteriza-se o desporto, na atualidade, como importante atividade social cuja função se acha bastante diversificada, superando em sua concepção global, a antiga concepção com que era encarado.

— "O ESPORTE, ENTENDIDO EM SEU SENTIDO SOCIAL MAIS PROFUNDO, PASSA A SER UM RECURSO DE POLÍTICA DISPONÍVEL PARA ENRIQUECER O ELENCO DE SOLUÇÕES. CONTRIBUI PARA RACIONALIZAR A UTILIZAÇÃO DO LAZER, MOLDAR NOVO ESQUEMA DE COESÃO SOCIAL, ENRIQUECER A DISCIPLINA DE GRUPO, E MELHORAR OS PADRÕES DE HIGIENE PARA A VIDA COMUNITÁRIA".

SIGNIFICADO
DO
ESPORTE

FIGURA 24

A Política Nacional de Educação Física e Desportos será definida pelo Poder Executivo, tendo por finalidade orientar o desenvolvimento do desporto, coordenando as atividades decorrentes das iniciativas originárias do setor público ou privado ligadas ao sistema desportivo nacional.

Os objetivos dessa Política Nacional podem ser assim resumidos:

- 1) aprimoramento da aptidão física da população;
- 2) elevação do nível técnico em todas as áreas;
- 3) implantação e intensificação da prática dos desportos de massa;
- 4) difusão do desporto como forma de lazer (fig. 25).

Para a realização desses objetivos pretende o Ministério executar uma ação coordenada com os municípios e os Estados de modo a abranger o universo brasileiro, com o máximo de eficácia. É importante que se tenha presente as dificuldades que resultariam de uma abusiva concentração no âmbito federal das tarefas de execução. Considere-se que a educação física e o desporto, de uma maneira geral, têm raízes muito peculiares na vida das comunidades municipais e estaduais. É a partir delas que se torna possível pensar na expansão do setor, ao lado da melhoria da qualidade.

Um ponto a destacar é que a coordenação governamental deve convergir para as três áreas principais:

- a) educação física escolar;
- b) desporto de massa;
- c) desporto de alto nível (fig. 26).

Qualquer desequilíbrio na atenção do Governo, beneficiando parcialmente uma das áreas indicadas, anulará o esforço que está em curso para atender aos objetivos já enumerados. Entretanto, posso adiantar que a idéia-força será a do desporto de massa, pela possível mobilização popular dela resultante, como também pelo apelo comunitário que contém.

São essas as linhas diretoras da ação do Ministério da Educação e Cultura no setor.

OBJETIVOS DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO

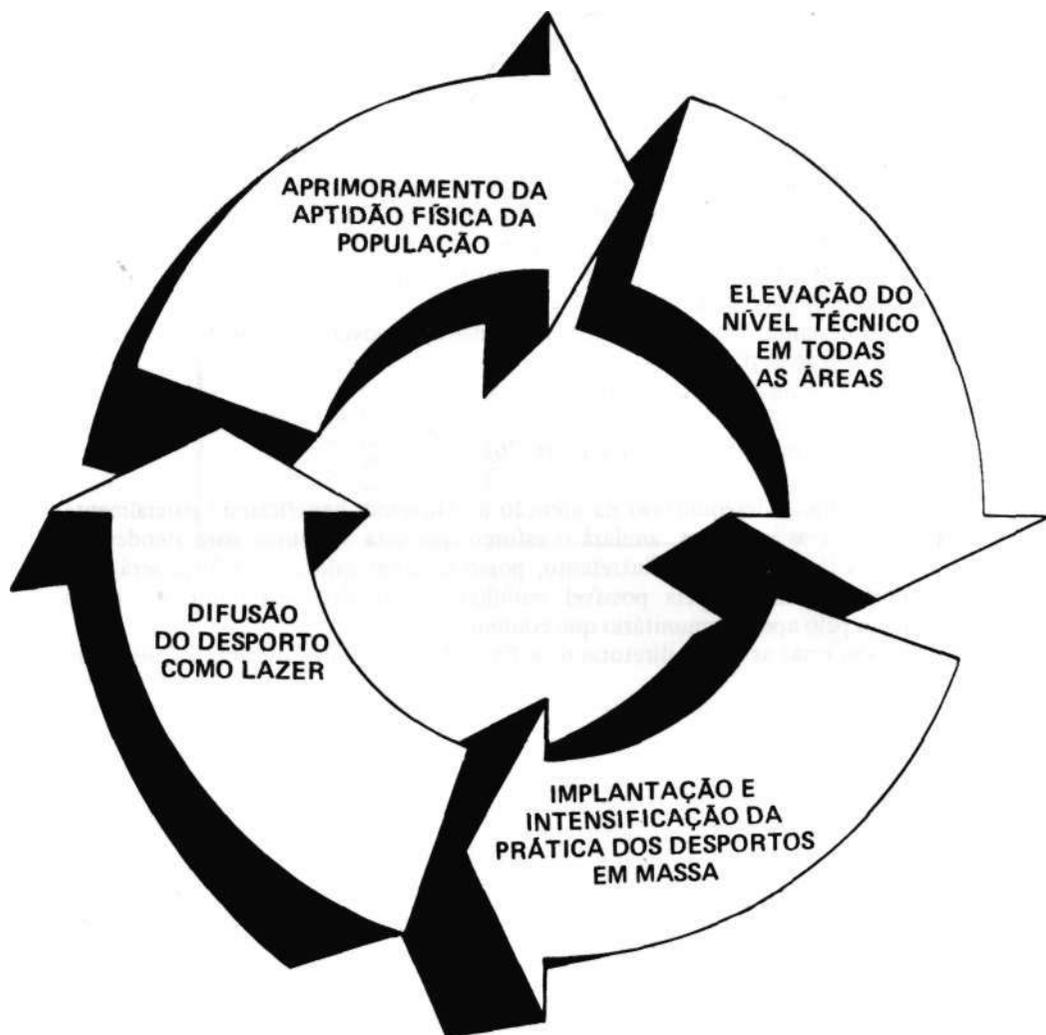


FIGURA 25

PRINCIPAIS ÁREAS

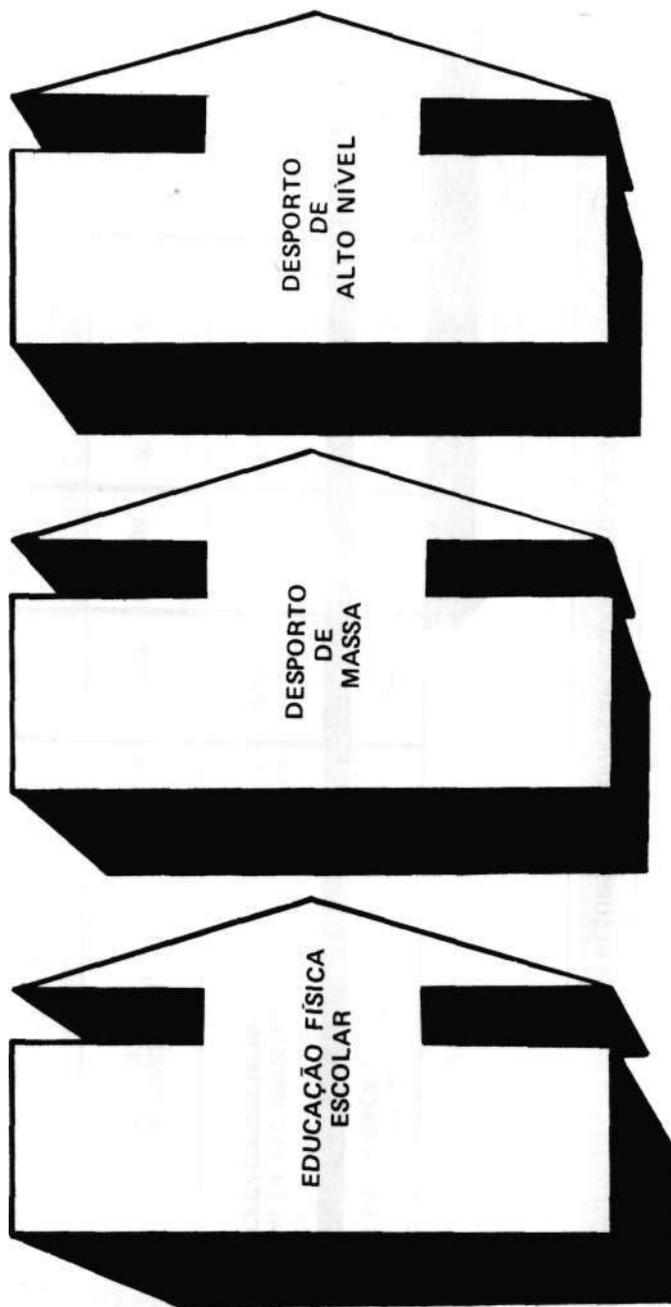


FIGURA 26

CRESCIMENTO REAL DOS RECURSOS NACIONAIS APLICADOS EM EDUCAÇÃO E CULTURA - BRASIL - 1970/1975

ESPECIFICAÇÃO	(EM MILHÕES DE CRUZEIROS)						
	ANOS	1970	1971	1972	1973	1974	1975
TOTAL DE RECURSOS NACIONAIS APLICADOS EM EDUCAÇÃO E CULTURA	(1)	6.058	8.508	11.663	15.907	22.950	27.736
a) A PREÇOS CORRENTES	(2)	15.587	18.488	21.343	25.674	25.475	27.736
b) A PREÇOS DE 1975	(3)	—	20,9%	15,4%	20,3%	- 0,1%	0,9%
— AUMENTO REAL SOBRE O ANO ANTERIOR		2,95%	3,08%	3,33%	3,33%	4,31%	...
— EM RELAÇÃO DO PIB							

FONTE: SEG/MEC.

- (1) Englobam recursos da União, dos Estados, dos Municípios e do Setor Privado.
 (2) Índice geral de preços da "Fundação Getúlio Vargas" (junho de 1975 = 100).
 (3) Estimativas com base em "Sistema de Contas Nacionais — Metodologia e Quadros Estatísticos", IBRE. (FGV, setembro de 1974.)

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA UNIÃO E DO MEC - 1970/1975

ESPECIFICAÇÃO	ANOS						(Cr\$ MILHÕES, CORRENTES)					
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1970	1971	1972	1973	1974	1975
I - ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO.....	19.703,4	26.738,8	34.935,4	52.129,3	71.713,4	113.396,4						
- AUMENTO SOBRE O ANO ANTE- RIOR (%)	20,10	35,71	30,65	49,22	37,56	58,12						
II - ORÇAMENTO DO MEC (SUBANEXO).....	1.293,2	1.566,2	1.881,4	2.283,8	3.506,2	3.893,4						
- AUMENTO SOBRE O ANO ANTE- RIOR (%)	16,54	21,15	15,10	26,11	53,53	11,04						
- RELAÇÃO II/I (%)	6,56	5,85	5,18	4,38	4,89	3,43						
III - RECURSOS TOTAIS ATRIBUÍDOS AO MEC (1)	1.373,1	1.853,1	2.504,5	3.336,6	5.071,4	7.467,6						
- AUMENTO SOBRE O ANO ANTE- RIOR (%)	22,10	35,01	35,10	33,22	52,00	47,30						
- RELAÇÃO III/I (%)	6,97	6,93	7,17	6,40	7,07	6,59						

FONTE: SEG/MEC.

(1) Recursos orçamentários acrescidos dos de outras fontes (posição até 20/2/75).

RECURSOS ATRIBUÍDOS AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SEGUNDO A ORIGEM - 1963/1975

(Cr\$ MILHÕES, CORRENTES)			
RECURSOS ANOS	DO TESOURO (1)	DE OUTRAS FONTES	TOTAL
	82,2	—	82,2
1963	191,8	—	191,8
1964	396,4	23,8	420,2
1965	456,5	53,2	509,7
1966	587,4	60,0	647,4
1967	824,1	144,6	968,6
1968	824,1	7,0	1.117,8
1969	1.110,8	55,7	1.373,1
1970	1.367,4	99,5	1.853,8
1971	1.754,3	480,5	2.504,5
1972	2.084,0	576,3	3.336,6
1973	2.760,3	842,2	5.071,4
1974	4.229,2	1.889,5	7.467,6
1975 (2)	5.578,1		

FONTE: SEG/IGF/MEC.

NOTA — A partir de 1969, o salário-educação passou a ser incluído em recursos do tesouro.

(I) Recursos compreendidos no subanexo do MEC e as transferências de encargos gerais da União.

(II) Posição até agosto de 1975.

1

INTRODUÇÃO

2

EDUCACÃO

3

CULTURA

4

DESPORTO

5

CONCLUSÃO

O Brasil caminha rapidamente para integrar-se no mundo desenvolvido. Já foi ultrapassada a fase da euforia singela dos primeiros tempos. O país saiu da inércia, venceu a estagnação e alcançou índices de crescimento econômico anual equivalentes quase ao dobro daqueles das nações industrializadas.

Continuar essa marcha é nosso dever. E, na hora em que o mundo mais reclama pela paz, o nosso país é exemplo e partícipe nesse esforço comum de toda a humanidade. Esta é a responsabilidade que nos cabe e que cumprimos com decisão.

Lembrando Malraux, nós não sabemos ressuscitar os corpos, mas nós começamos a saber ressuscitar os sonhos e, o que nós devemos propor hoje é que, para todos nós, a cultura e a educação sejam a ressurreição da nobreza do mundo. Esse trabalho, precede, em termos de prioridade, a obtenção de meras vantagens econômicas. E, só será possível colher o resultado desejado, se atendermos as profundas aspirações pessoais, culturais e sociais do homem.

Já em 1971 René Maheu, então Diretor-Geral da UNESCO afirmava que a nossa civilização estava caminhando para uma crise de consciência. É, este aspecto do problema da humanidade, bem mais que quaisquer considerações utilitárias, que explica a importância cada vez mais acentuada da educação, da ciência e da cultura nas políticas para o desenvolvimento.

Para ultrapassar o ponto crítico do mundo moderno que, em alguns casos, está na inadequação ou má utilização dos grandes instrumentos para atingir os fins da humanidade, que são de justiça, paz e felicidade, é que a inteligência humana deve ser aplicada. Não há tema que não deva ser objeto de estudo. É nesse sentido e com esse alcance que todos devemos refletir com seriedade na busca de alternativas que consolidem na sociedade os meios de fazer a felicidade do homem.

Essa é a convocação à qual cada um de nós deve responder. E o faremos, disso estou certo, com a vontade e a determinação que a grandeza do nosso país merece e espera.

Não foi outro o propósito do Ministério da Educação e Cultura ao elaborar as linhas diretoras de seu trabalho nas áreas da educação, da cultura e dos desportos. Não são documentos isolados ou acabados. Formam um conjunto harmônico e serão aperfeiçoados pela colaboração de todos nós. Com a profunda consciência das responsabilidades inerentes ao meu cargo, posso afirmar-lhes, que estamos implementando os objetivos traçados, sem descanso e com a força espiritual dos que confiam nos destinos do Brasil.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)